

---

# Orçamento

---

Relatório

---

Assim o impõe o dever do serviço público, a ética da responsabilidade, e a própria democracia.

Rui Rio

---





## **I - INTRODUÇÃO**

### **1. Enquadramento Geral**

#### **Contexto Macroeconómico**

A elaboração da presente proposta de orçamento surge num contexto de desaceleração das economias mundiais e do agravamento das tensões existentes ao nível dos mercados de dívida soberana, factos que exercem necessariamente uma influência significativa na economia nacional e consequentemente na implementação de medidas de carácter estrutural e de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e financeiros pelo governo português, com o objetivo de assegurar as condições indispensáveis para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego.

O enfraquecimento da atividade económica da área euro reflete em larga medida a deterioração da confiança dos investidores e o aumento do nível de aversão ao risco.

O crescimento e o emprego na zona euro continuam a estar afetados pelas consequências da crise financeira, prevendo-se que, em inícios de 2013, o PIB regresse gradualmente a uma trajetória de crescimento, com um aumento de 0,4% na UE e 0,1% na zona euro.

A taxa de inflação deverá descer para 2% na UE e para 1,8 na zona euro. Já o desemprego prevê-se que atinja um pico de 11,8% na área do euro<sup>1</sup>.

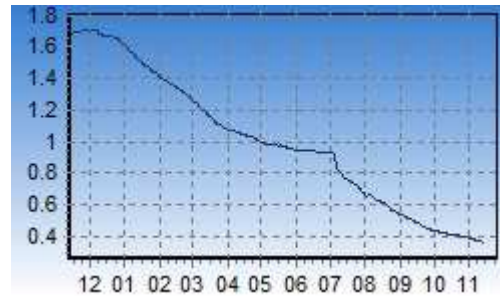
Em julho de 2012 o BCE reduziu as taxas de juro de operações principais de refinanciamento para um mínimo histórico de 0,75%. Neste contexto, as taxas de juro de curto prazo diminuíram de forma acentuada em 2012 com a euribor a 6 meses a situar-se em 0,412%, em média<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> <http://ec.europa.eu/news/economy/12.11.07>

<sup>2</sup> <http://pt.global-rates.com>

F.1 - Evolução da Euribor a 6 meses <sup>2</sup>  
(12/2011 – 11/2012)



Num contexto internacional mais desfavorável a que crescem as medidas de consolidação orçamental tomadas para cumprir as metas acordadas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), prevê-se que a atividade económica portuguesa apresente uma nova contração em 2013, com o PIB a decrescer 1,6%<sup>3</sup>.

Na sequência da redução do rendimento disponível, o consumo privado deverá reduzir 3,6% e o consumo público 2,4%.

O processo de ajustamento económico deverá ter consequências na alteração da estrutura produtiva portuguesa, mais focado nos bens transacionáveis dirigidos às exportações. Esta reafectação de recursos estará associada, no curto prazo, a um aumento do desemprego que deverá situar-se nos 16,4%, mais 0,9 p.p. do que o previsto para 2012.

### **Orçamento do Estado para 2013**

A proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2013 continua a ser fortemente condicionada pela necessidade de dar cumprimento aos compromissos assumidos pelo Estado Português no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e, em particular, no cumprimento dos limites para o défice orçamental. Estas metas foram objeto de revisão durante o quinto exame regular do PAEF, passando a ser de 5% em 2012 e 4,5% em 2013.

Não obstante a revisão dos limites para o défice orçamental, o Governo pretende adotar, para o ano de 2013, medidas suplementares de consolidação orçamental,

<sup>3</sup> Banco de Portugal - Boletim económico – Outono 2012

nomeadamente pelo cenário desfavorável para a receita fiscal em resultado da previsão da contração da atividade económica e da queda da base de incidência de tributação.

No que se refere à Administração Local, salienta-se a importância do cumprimento da Lei das Finanças Locais, principalmente no que respeita aos limites do endividamento, bem como a obrigatoriedade de previsão de fundos disponíveis para a assunção de compromissos. Destaca-se ainda a previsão da melhoria do saldo global da Administração Local assente no crescimento das receitas fiscais, em particular do IMI, em resultado da reavaliação do património imobiliário, da manutenção do valor global das transferências do Orçamento do Estado, assim como da continuidade do esforço de redução de custos, nomeadamente das despesas com pessoal, quer pela diminuição do número de trabalhadores quer pelas medidas constantes da proposta de Lei<sup>4</sup>.

## **2. Premissas e prioridades do orçamento do Município do Porto**

O orçamento para 2013, afetado pela manutenção da crise económica e pelo Orçamento do Estado, apresenta uma quebra de receita de 14,6 milhões de euros, ou seja, menos 7,5% do que em 2012. No ano transato o orçamento foi de 193,1 milhões de euros<sup>5</sup> e para 2013 está limitado a 178,5 milhões de euros. No entanto, a verdadeira quebra seria de 10,1% se não se considerasse o empréstimo do IHRU, no montante de 4,9 milhões de euros.

Rigor e reforço da consolidação das finanças municipais, com vista a assegurar a sustentabilidade financeira no longo prazo continuam a ser objetivos que marcam a política orçamental do Município do Porto. O controlo e a redução sistemática da dívida global, a par com uma maior seletividade da despesa municipal, têm sido vetores centrais dos orçamentos dos últimos anos. A dívida a fornecedores, que em 2001 era da ordem dos 63,2<sup>6</sup> milhões de euros, foi reduzida para valores que prudentemente não ultrapassam os 5% do orçamento. O prazo médio de pagamento a fornecedores continua a ser inferior a 40 dias. Para manter o rumo, num cenário de

---

<sup>4</sup> Proposta de Lei do OE para 2013

<sup>5</sup> Total expurgado das receitas e despesas extraordinárias

<sup>6</sup> Ver Relatório de Gestão do Município do Porto 2002, p.p 112

quebra acentuada da receita municipal, foi preocupação, neste orçamento, ajustar a despesa à disponibilidade financeira efetiva do Município.

Ao contrário de muitos Municípios que, por acumulação sistemática de dívidas, tiveram de ser, recentemente, socorridos pelo Governo, o Município do Porto tem capacidade de endividamento mas mantém o firme propósito de reduzir a sua dívida, na medida em que a situação económica do país o não obstaculizar.

A proposta de orçamento do Município do Porto, para o ano de 2013, tem em conta esses pressupostos, o contexto macroeconómico descrito anteriormente, bem como as prioridades do atual executivo, sufragadas em outubro de 2009.

Os princípios orientadores que lhe estão subjacentes são os seguintes:

- 1. Rigor e prudência nos pressupostos**, nomeadamente sendo conservadores na projeção da receita e firmes na redução da despesa;
- 2. Seletividade da despesa;**
- 3. Reforço da consolidação da situação financeira da autarquia.** O Orçamento continua a ser superavitário. A dívida líquida de curto prazo deverá fixar-se em montantes inferiores a 10% do orçamento do município, excluindo as despesas com pessoal; a dívida global a bancos e outras instituições financeiras será reduzida em cerca de 6,1%, ou seja, menos 6,3 milhões de euros;
- 4. Visão ampla e global com concentração de meios nas principais prioridades sufragadas pelos munícipes, em 2009.**

Por opção de gestão, em 2013, o Município do Porto fixou a taxa de IMI abaixo do limite máximo estabelecido pelo Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), inferior em 0,1%, ou seja, 0,4% em vez de 0,5% para imóveis avaliados e 0,7% em vez de 0,8% para imóveis não avaliados, o que permitirá que o IMI não tenha um acréscimo de 25% e de 14,3 %, respetivamente, face à taxa atual.

Incrementou-se ainda a redução da taxa da derrama a aplicar às empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros anuais, passando de 1,4% do lucro tributável e não isento de IRC para 1,2%. Sendo o máximo de 1,5%, a taxa de 1,2% corresponde a menos 20%.

Atendendo ao atual contexto económico, o valor inscrito em orçamento para 2013, prevê, face à média dos últimos 24 meses, uma quebra de 2,4 milhões de euros para o IMT e uma redução de 30% para a derrama.

Tudo indicando que o IHRU não honrará o acordo de colaboração no âmbito do Prohabita, que assinou, prudentemente, não se inscreveu o valor da comparticipação prevista e por pagar.

Na venda de bens de investimento, em que se relevam as hastas públicas, considerou-se, prudentemente, 80% do valor dos imóveis que se pretende levar a hasta pública, dadas as condições do mercado imobiliário.

Quanto às restantes rubricas de receita, a previsão para 2013 segue as regras genéricas previstas no POCAL.

Mantendo-se as restrições às valorizações ou acréscimos remuneratórios previstos na proposta de Lei do Orçamento do Estado, o orçamento da despesa contempla, em termos absolutos, apenas um ligeiro decréscimo nas despesas com pessoal fundamentalmente pelo efeito do enorme aumento dos encargos para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social, que representa um encargo adicional de cerca de 2,1 milhões de euros.

Nas prestações de serviços, nomeadamente, na recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública prevê-se uma redução dos encargos para 2013, considerando que estão a diminuir desde meados do ano de 2012, por força da atual crise económica.

No que concerne à despesa de investimento, para além dos investimentos a realizar pelo município, no âmbito da beneficiação da rede viária, equipamento básico e hardware e software informático, a dotação prevista contempla também o investimento a realizar pelas empresas municipais, GOP, EM e DomusSocial, EM.

Em termos globais o orçamento, apresentará uma quebra nominal de 7,5%, e efetiva de 10,1%, face ao orçado no ano anterior, fundamentalmente pelo efeito da redução das receitas fiscais, das transferências correntes e das transferências de capital.

As prioridades para o ano 2013 mantêm-se plasmadas no orçamento através de 3 objetivos estratégicos transversais ao município, a que se acrescentou um residual, que enquadra o programa autárquico sufragado em 2009, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades mais Relevantes (PAR) de 2013, a saber:

- 01- Coesão Social
- 02- Regeneração Urbana
- 03- Competitividade

Q.1 - Objetivos com maior impacto financeiro

(Un.: euro)

Designação	2012	2013	Δ %
<b>Coesão social</b>	<b>36.519.917</b>	<b>30.934.396</b>	<b>-15,3%</b>
Habitação social	13.400.000	7.055.742	-47,3%
Educação	9.990.547	9.751.123	-2,4%
...			
<b>Competitividade</b>	<b>48.843.848</b>	<b>46.122.780</b>	<b>-5,6%</b>
Desenvolvimento urbano	18.766.510	18.729.005	-0,2%
Ambiente e sustentabilidade	* 26.815.718	24.488.596	-8,7%
...			
<b>Regeneração urbana</b>	<b>8.824.609</b>	<b>4.429.358</b>	<b>-49,8%</b>
Reabilitação da baixa	3.533.823	2.830.358	-19,9%
Novos conceitos/Espaços públicos	300.000	1.155.000	285,0%
...			

\* Valor expurgado da despesa extraordinária

Em 2013 o objetivo Coesão Social com 17,3% do orçamento, inclui a grande reabilitação dos bairros sociais com uma dotação de 7,1 milhões de euros, que, em 2013, continua a ser um dos programas prioritários, pese embora o enorme esforço financeiro do Município, atendendo ao incumprimento do Acordo de Colaboração com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) no âmbito do Prohabita. A este investimento acresce o investimento de 4,2 milhões de euros a realizar diretamente pela DomusSocial, EM, no âmbito da manutenção, totalizando assim 11,3 milhões de euros.

Integrado neste objetivo, através do programa Educação com um peso de 5,5% do orçamento, prevê-se reforçar as infraestruturas escolares e o fornecimento de



refeições, conjuntamente com a melhoria da qualidade das atividades de enriquecimento curricular, também integradas no Projeto Educativo Municipal, entre outras atividades. Procura-se, desta forma, continuar a contribuir para atenuar as carências socioeconómicas das crianças e para o seu desenvolvimento global, elevando os seus níveis de qualificação e conseqüentemente melhorando a sua capacidade de integração na sociedade e nas comunidades locais.

O objetivo com maior dotação, 46,1 milhões de euros a que correspondem 25,8% do orçamento total para 2013, é o da Competitividade onde se destacam os programas do Ambiente e sustentabilidade com 24,5 milhões de euros para a sustentabilidade ambiental da cidade e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, e o do Desenvolvimento urbano com 18,7 milhões de euros essencialmente para melhoria da rede viária, estacionamento e tráfego urbano.

A Regeneração Urbana, nomeadamente a reabilitação da baixa, manterá a sua importância estratégica, como alavanca para inverter a tendência demográfica da cidade e aumentar a competitividade.

Alguns dos projetos mais significativos com contributo do orçamento municipal para 2013 são a EB1 Paulo da Gama, o início da consolidação no terreno da escarpa das Fontainhas, a requalificação da Rua Mouzinho da Silveira e Rua das Flores e Avenida da Boavista, a Proteção e Segurança Rodoviária.

Para 2013 mantêm-se em vigor as medidas tomadas em anos anteriores no sentido de incentivar os privados a investir na reabilitação do centro histórico, nomeadamente:

- O Regulamento Municipal do Sistema Multicritério de Informação da Cidade do Porto (**SIM-Porto**) com o qual se pretende flexibilizar as regras definidas no Plano Diretor Municipal do Porto, de forma a promover e criar condições para a reabilitação do centro urbano degradado, definindo, para isso, um sistema de incentivos à construção. A Reabilitação de um prédio, desde que se enquadre no SIM-Porto, confere o direito a créditos de capacidade construtiva que podem ser aplicados noutras zonas da Cidade do Porto em construção nova, ou mesmo ser vendidos no mercado.

- O conjunto de incentivos fiscais municipais:** Redução em 80% do valor das taxas de licenciamento de ocupação do domínio público por motivo de obras na Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística; Redução em 80% do valor das taxas devidas pelo licenciamento de publicidade, no âmbito do programa Viv'a Baixa; Redução em 50% do montante das taxas devidas pelo licenciamento/autorização de operações urbanísticas localizadas na Zona de Intervenção Prioritária (ZIP); Redução da taxa de compensação que só se aplica sobre a área de construção que excede a área bruta preexistente (no Centro Histórico e Foz Velha, esta taxa de compensação só incide sobre o que excede 1,25 vezes a área bruta de construção preexistente); e, para os prédios urbanos situados na Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística, objeto de ações de reabilitação, os seguintes benefícios fiscais, nos termos do Edital I/137297/12/CMP: Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis pelo período de 5 anos, renovável automaticamente por igual período, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação e da valorização energética do imóvel; isenção do IMI, por um período de 5 anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da ação de reabilitação (sem valorização energética); isenção do IMT, para as aquisições de prédios urbanos, ou de fração autónoma, destinados exclusivamente a habitação própria permanente, na primeira transmissão onerosa de prédio reabilitado.

Por fim, para aferir da evolução do desempenho financeiro do Município, apresentam-se os indicadores de receita e de despesa utilizados nos últimos anos, nomeadamente:

Q.2 - Indicadores

(Un.: euro)

Designação	2012	2013	Variação	
			Valor	%
Dívida de MLP no final do período	102.712.960	96.400.408	-6.312.552	-6,1%
Despesa corrente primária	*132.461.857	129.311.373	-3.150.484	-2,4%
Despesa primária	*176.168.290	161.413.700	-14.754.590	-8,4%
Saldo global primário	* 9.062.090	9.710.822	648.732	7,2%
Saldo global efetivo	* 5.011.990	5.762.722	750.732	15,0%

\* Valores expurgados das receitas e despesas extraordinárias

Da análise destes indicadores podemos concluir que a dívida de médio e longo prazo (incluindo *leasing*) continuará a reduzir-se, estimando-se para 2013 uma diminuição de 6,1% face a 2012.

A despesa corrente primária regista um decréscimo, nomeadamente, pela diminuição das despesas com pessoal e das aquisições de bens e serviços, expurgado o efeito da classificação dos encargos gerais de gestão e da prestação de serviços, das empresas municipais e fundações, respetivamente. A despesa primária diminui 8,4% por força da redução do valor global do orçamento. Os saldos globais, quer o efetivo quer o primário, que não incluem os agrupamentos com componente financeira, demonstram o esforço do Município para libertar meios financeiros para amortizar a dívida.

#### Q.3 - Rácios

Rácios	2012*	2013
<b>Rácios da Receita</b>		
Impostos municipais/Total das receitas	37,0%	39,4%
Venda de bens de investimento/Total das receitas	3,3%	3,2%
Total das receitas próprias/Total das receitas	70,4%	73,6%
Total das transferências/Total das receitas	25,6%	22,2%
Passivos financeiros/Total das receitas	4,1%	4,1%
<b>Rácios da Despesa</b>		
Transferências correntes/Total das despesas	4,7%	4,0%
Transferências capital/Total das despesas	15,7%	1,2%
Despesa corrente/Total da despesa	70,7%	74,7%
Despesa capital/Total da despesa	29,3%	25,3%
Total do investimento/Total da despesa	22,6%	17,9%
<b>Rácios da Dívida</b>		
Dívida bancária, leasing (% variação anual)	-4,8%	-6,1%
Juros financeiros/Receitas correntes	2,5%	2,5%
Amortizações/Despesa total	6,6%	7,4%
Serviço da dívida/Despesa total	8,7%	9,6%
Amortizações/Empréstimos utilizados	162,7%	178,1%
(Dívida bancária, leasing)/Saldo corrente	4,2	4,4

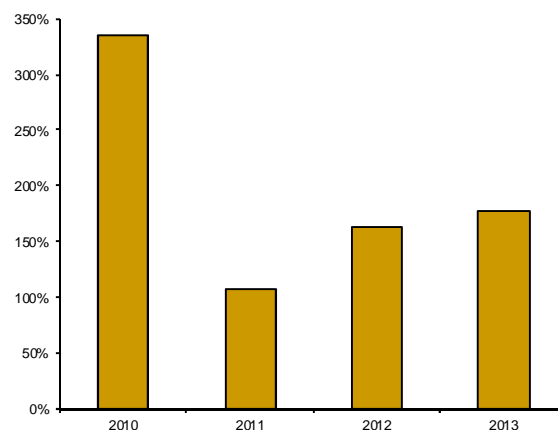
\* Valores expurgados das receitas e despesas extraordinárias

Numa perspetiva dinâmica e mais abrangente, verifica-se um aumento do peso dos impostos municipais sobre o total das receitas do Município resultante do decréscimo mais acentuado da receita total. Pela mesma razão aumenta, igualmente, o peso das receitas próprias sobre a receita total.

As despesas de capital reduzem essencialmente por força da diminuição do investimento a realizar através das empresas municipais e da classificação de parte destas despesas que passaram para a rubrica de aquisição de bens e serviços.

A dívida de médio e longo prazo continuará a baixar. O aumento aparente do peso das amortizações e do serviço da dívida resulta da redução mais acentuada do valor total da despesa.

F.2 - Evolução do rácio amortização de empréstimos/empréstimos utilizados



Em 2013, o peso das amortizações relativamente aos empréstimos que se prevê utilizar levará a uma melhoria do respetivo rácio face ao ano transato.

### 3. Estrutura do Orçamento

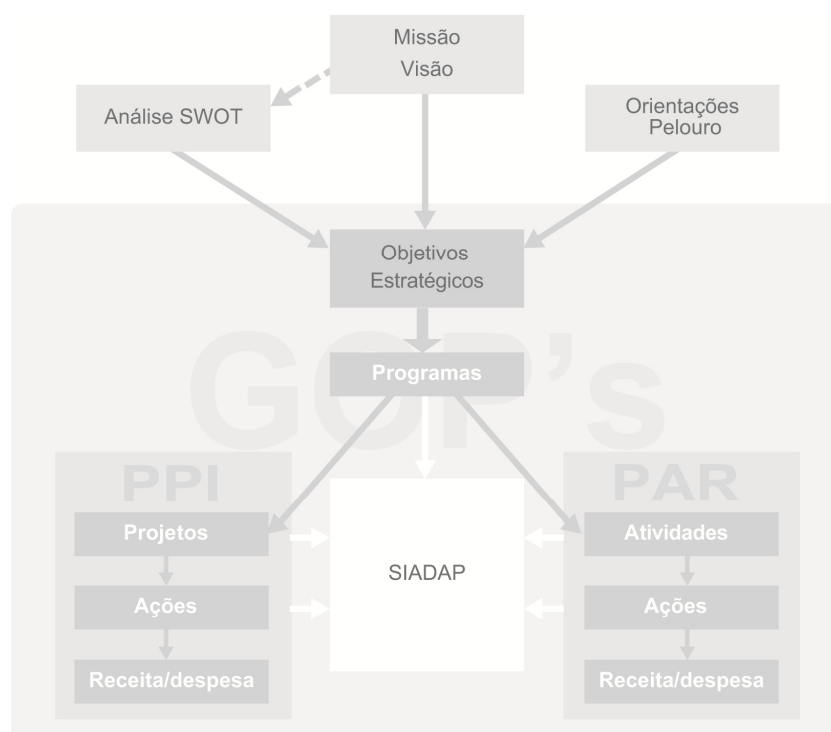
A estrutura do orçamento manter-se-á idêntica à dos últimos anos, pelo que obedecerá à seguinte decomposição:

- 01 – Assembleia Municipal
- 02 – Câmara Municipal
- 03 – Operações Financeiras

Esta estrutura valoriza a dimensão política do orçamento e, simultaneamente, flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada um dos diretores municipais ou equiparados pela execução do seu orçamento e, conseqüentemente, pelos resultados a alcançar.

Para efeitos de controlo do orçamento, por Direção Municipal ou equiparada, será determinante o papel das Grandes Opções do Plano (GOP) que, à semelhança de 2012, incluirá, para além do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o Plano das Atividades mais Relevantes (PAR), conforme se sugere na Figura 3.

F.3 - Modelo de preparação do Orçamento



Desta forma cada unidade orgânica de primeiro nível terá sempre o seu orçamento por programas, permitindo-lhe acompanhar, quer a execução dos projetos (PPI), quer a execução das atividades mais relevantes (PAR). As modificações orçamentais a este nível, desde que não impliquem alterações aos mapas obrigatórios aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal, ficarão, assim, dispensadas de ir a estes órgãos, aumentando a flexibilidade e a eficácia da gestão.

Neste modelo os objetivos estratégicos para o ano de 2013 contemplam as principais prioridades decorrentes do programa eleitoral de 2009 de modo a facilitar a articulação entre estes dois instrumentos de planeamento autárquico e permitem ainda

acompanhar o sistema de gestão autárquico de acordo com as políticas de qualidade definidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade do Município do Porto, em conformidade com os requisitos das Normas NP EN ISSO 9001 e NP 4427. À semelhança do ocorrido para 2012, em 2013, os objetivos individuais no âmbito do sistema de avaliação do desempenho (SIADAP), devem estar alinhados com a estratégia do Município como evidencia a Figura 3.

#### 4. Apresentação Geral do Orçamento

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano económico apresenta uma quebra notória, por força da crise que Portugal atravessa, situando-se nos 178,5 milhões de euros, ou seja menos 7,5% do que no ano anterior. A receita corrente atingirá um montante de 155,2 milhões de euros que suporta a despesa corrente de 133,3 milhões de euros, enquanto a receita de capital fica pelos 23,3 milhões de euros para uma despesa de capital de 45,2 milhões de euros.

Q.4 - Receitas e Despesas por classificação económica

(Un.: euro)					
Receitas			Despesas		
	Valor	%		Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>155.162.935</b>	<b>86,9%</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>133.259.473</b>	<b>74,7%</b>
Impostos diretos	80.846.709	45,3%	Despesas com pessoal	62.581.487	35,1%
Impostos indiretos	10.666.540	6,0%	Aquisição de bens	7.128.046	4,0%
Taxas, multas e outras penalidades	5.177.854	2,9%	Aquisição de serviços	47.210.419	26,4%
Rendimentos de propriedade	7.047.627	3,9%	Juros e outros encargos	3.948.100	2,2%
Transferências correntes	29.804.953	16,7%	Transferências correntes	7.132.701	4,0%
Venda de bens e serviços correntes	20.659.864	11,6%	Subsídios	2.691.725	1,5%
Outras receitas correntes	959.388	0,5%	Outras despesas correntes	2.566.995	1,4%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>23.337.065</b>	<b>13,1%</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>45.240.527</b>	<b>25,3%</b>
Venda de bens de investimento	5.642.701	3,2%	Aquisição de bens de capital	29.742.317	16,7%
Transferências de capital	9.878.229	5,5%	Transferências de capital	2.160.010	1,2%
Ativos financeiros	20	0,0%	Ativos financeiros	200	0,0%
Passivos financeiros	7.375.458	4,1%	Passivos financeiros	13.138.000	7,4%
Outras receitas de capital	20	0,0%	Outras despesas de capital	200.000	0,1%
Reposições não abatidas nos pagamentos	440.637	0,2%			
<b>Total</b>	<b>178.500.000</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>178.500.000</b>	<b>100,0%</b>

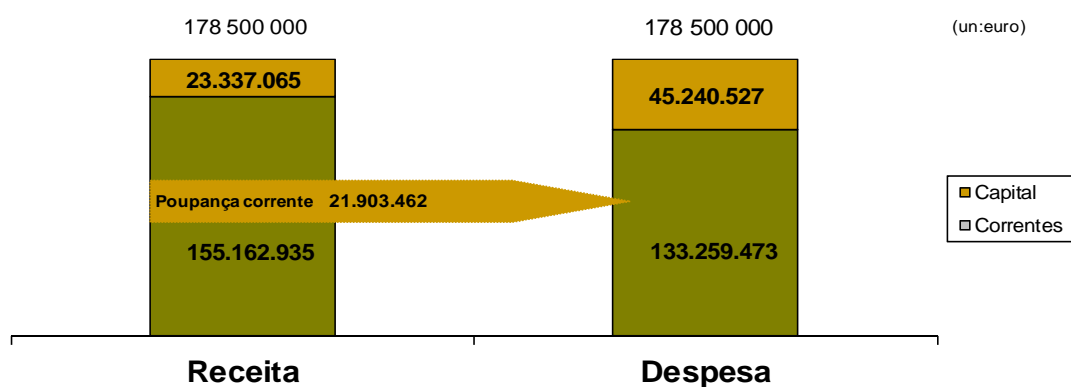
Em termos de receita, destaca-se a continuação da forte dependência do orçamento das receitas fiscais, que totalizam 96,7 milhões de euros e que contribuem em 54,2% para a receita total. Assinala-se ainda a receita proveniente das transferências correntes e da venda de bens e serviços correntes.

No que se refere à despesa destaca-se o peso dos encargos com pessoal (35,1%), da aquisição de serviços (26,4%) e da aquisição de bens de capital (16,7%) que representam, em conjunto, 78,2% do total da despesa.

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas serão objeto de aprofundamento em capítulos subsequentes.

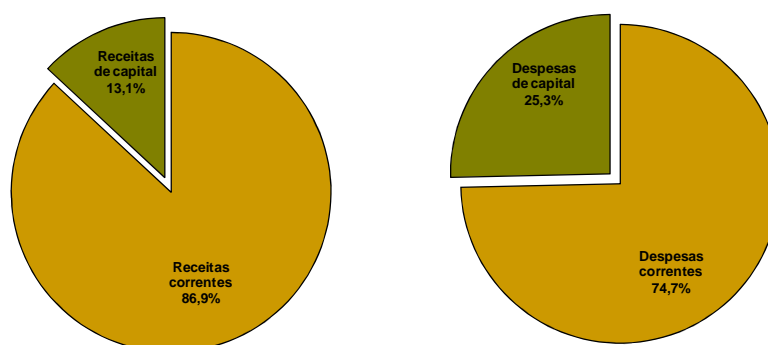
O saldo corrente regista um *superavit* de 21,9 milhões de euros, o qual financiará no mesmo valor as despesas de capital, incluindo a amortização da dívida.

#### F.4 - Poupança corrente



Em termos relativos verifica-se que a receita corrente representa 86,9%, enquanto a receita de capital representa 13,1% da receita total. Na componente da despesa o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 74,7%; em contrapartida, a despesa de capital ascende a 25,3% da despesa total.

#### F.5 - Estrutura da receita e da despesa



No que concerne à evolução do orçamento face a 2012, verifica-se um acréscimo do saldo global efetivo, ou seja, se excluirmos os passivos e ativos financeiros quer na receita quer na despesa, o saldo é superior ao do ano transato em 750,7 mil euros.

Q.5 - Saldo global efetivo

(Un.: euro)

Descrição	Orçamento		Variação 2013/2012	
	2012**	2013	Valor	%
Receitas correntes	162.233.681	155.162.935	-7.070.746	-4,4%
Receitas de capital (efetivas) (*)	22.996.699	15.961.587	-7.035.112	-30,6%
<b>Receita efetiva (*)</b>	<b>185.230.380</b>	<b>171.124.522</b>	<b>-14.105.858</b>	<b>-7,6%</b>
Despesas correntes	136.511.957	133.259.473	-3.252.484	-2,4%
Despesas de capital (efetivas) (*)	43.706.433	32.102.327	-11.604.106	-26,6%
<b>Despesa efetiva (*)</b>	<b>180.218.390</b>	<b>165.361.800</b>	<b>-14.856.590</b>	<b>-8,2%</b>
Saldo corrente	25.721.724	21.903.462	-3.818.262	-14,8%
Saldo de capital	-20.709.734	-16.140.740	4.568.994	-22,1%
<b>Saldo global efetivo</b>	<b>5.011.990</b>	<b>5.762.722</b>	<b>750.732</b>	<b>15,0%</b>

(\*) Não inclui ativos e passivos financeiros

\*\* Valores expurgados das receitas e despesas extraordinárias

O saldo global efetivo, no montante de 5,8 milhões de euros, resulta do efeito conjugado da receita efetiva com a despesa efetiva.

Para a receita efetiva estima-se uma variação negativa de 7,6% relativamente ao ano 2012, em resultado da variação, no mesmo sentido, quer da receita corrente quer da receita de capital. A despesa efetiva, com uma diminuição de 8,2%, é justificada, fundamentalmente, pelo decréscimo das despesas de capital.



## II – PREVISÃO DAS RECEITAS

### 1. Visão global das receitas

Em 2013 prevê-se que a receita municipal seja de 178,5 milhões de euros, representando um decréscimo de 7,5% relativamente ao ano anterior. Verifica-se, assim, que as receitas totais têm uma quebra de 14,6 milhões de euros, refletida quer nas receitas correntes quer nas receitas de capital.

Da receita total, prevê-se que 155,2 milhões de euros tenham origem em receitas correntes (86,9%) e 23,3 milhões de euros em receitas de capital (13,1%).

Q.6 - Receita por classificação económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	Anos				Variação	
	2012		2013		Valor	%
	Valor	%	Valor	%		
<b>Receitas Correntes</b>	<b>162.233.681</b>	<b>84,0%</b>	<b>155.162.935</b>	<b>86,9%</b>	<b>-7.070.746</b>	<b>-4,4%</b>
Impostos diretos	85.185.720	44,1%	80.846.709	45,3%	-4.339.011	-5,1%
Impostos indiretos	11.046.190	5,7%	10.666.540	6,0%	-379.650	-3,4%
Taxas, multas e outras penalidades	4.601.327	2,4%	5.177.854	2,9%	576.527	12,5%
Rendimentos de propriedade	* 6.766.767	3,5%	7.047.627	3,9%	280.860	4,2%
Transferências correntes	33.262.734	17,2%	29.804.953	16,7%	-3.457.781	-10,4%
Venda de bens e serviços correntes	20.730.317	10,7%	20.659.864	11,6%	-70.453	-0,3%
Outras receitas correntes	640.626	0,3%	959.388	0,5%	318.762	49,8%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>30.836.719</b>	<b>16,0%</b>	<b>23.337.065</b>	<b>13,1%</b>	<b>-7.499.654</b>	<b>-24,3%</b>
Venda de bens de investimento	* 6.454.636	3,3%	5.642.701	3,2%	-811.935	-12,6%
Transferências de capital	16.094.675	8,3%	9.878.229	5,5%	-6.216.446	-38,6%
Ativos financeiros	* 10	0,0%	20	0,0%	10	100,0%
Passivos financeiros	7.840.010	4,1%	7.375.458	4,1%	-464.552	-5,9%
Outras receitas de capital	20	0,0%	20	0,0%		
Reposições não abatidas nos pagamentos	447.368	0,2%	440.637	0,2%	-6.731	-1,5%
<b>Total*</b>	<b>193.070.400</b>	<b>100,0%</b>	<b>178.500.000</b>	<b>100,0%</b>	<b>-14.570.400</b>	<b>-7,5%</b>

\* Total expurgado das receitas extraordinárias (parcómetros, silo-auto e terrenos do parque da cidade e privatização das AdP)

A receita corrente apresenta um decréscimo de 4,4% relativamente ao ano de 2012, traduzido em 7,1 milhões de euros, essencialmente pelo efeito dos impostos diretos e indiretos e das transferências correntes que representam as quebras mais acentuadas.

Em contrapartida, o crescimento da receita corrente estima-se que ocorra apenas nas taxas, multas e outras penalidades, nos rendimentos de propriedade e nas outras receitas correntes.

A redução expressiva da receita de capital, relativamente ao ano de 2012, resulta fundamentalmente do agrupamento de transferências de capital, pela não inscrição de quaisquer valores de comparticipação do IHRU, no âmbito do Prohabita. Até à data de elaboração do presente documento, o IHRU tinha aprovado apenas uma das candidaturas apresentadas ainda em 2011, tudo indicando que não dará sequência ao acordo de colaboração, ou seja, que não efetuará a comparticipação a fundo perdido do investimento entretanto realizado pelo município, o que levou a que, prudentemente se tivessem suspenso as obras de reabilitação programadas mas ainda não iniciadas, com impacto no investimento em 2013.

Anota-se que as transferências da Administração Central, embora mantendo o valor total atribuído em Lei do Orçamento de Estado de 2012, apresentam, para 2013, uma nova redistribuição entre receitas correntes e de capital.

## 2. Receitas fiscais

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a cerca de 96,7 milhões de euros e constituem a maior fonte de receita do Orçamento, representando 54,2% da receita total e 62,3% da receita corrente.

### Q.7 - Receitas fiscais

(Un.: euro)

Receitas Fiscais	Anos		Variação
	2012	2013	
<b>Impostos diretos</b>	<b>85.185.720</b>	<b>80.846.709</b>	<b>-5,1%</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	41.904.151	43.681.562	4,2%
Imposto Único de Circulação (IUC)	4.338.314	4.559.341	5,1%
Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT)	25.227.744	22.019.637	-12,7%
Derrama	13.715.461	10.586.129	-22,8%
Impostos abolidos	40	30	-25,0%
Impostos diretos diversos	10	10	0,0%
<b>Impostos Indiretos</b>	<b>11.046.190</b>	<b>10.666.540</b>	<b>-3,4%</b>
<b>Taxas, Multas e Out. Penalidades</b>	<b>4.601.327</b>	<b>5.177.854</b>	<b>12,5%</b>
<b>Total</b>	<b>100.833.237</b>	<b>96.691.103</b>	<b>-4,1%</b>

Comparativamente ao ano anterior prevê-se que as receitas fiscais tenham uma redução de 4,1 milhões de euros, ou seja 4,1%.

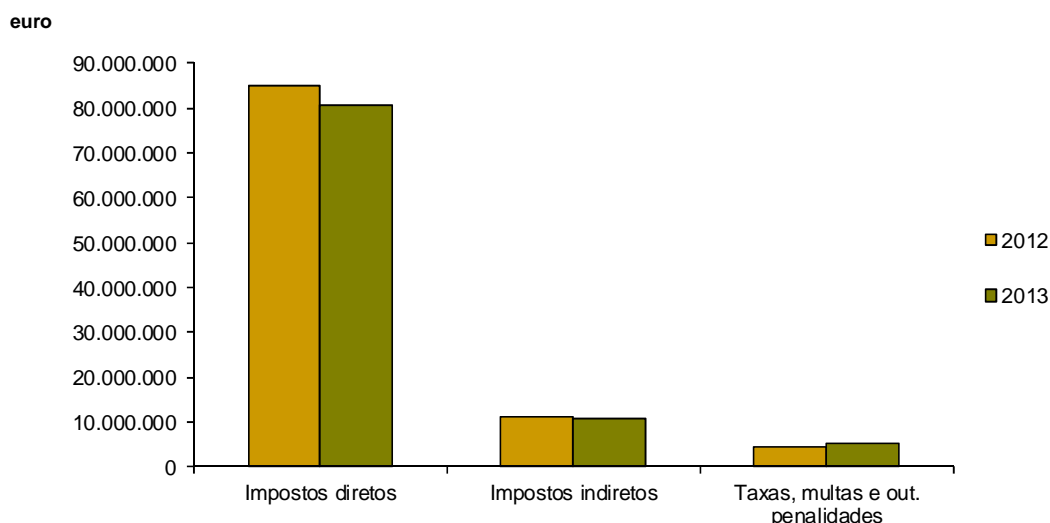
Para este resultado contribui a estimativa do decréscimo dos impostos diretos, associado à diminuição do IMT e da derrama que, comparativamente ao orçado para 2012, diminuem 3,2 milhões de euros e 3,1 milhões de euros, respetivamente. Em relação à derrama, e apesar de continuar a verificar-se alguma incerteza quanto ao montante potencial da receita pelo facto de estar dependente dos apuramentos realizados pela Administração Central, sem possibilidade de qualquer controlo por parte dos municípios, aplicou-se um fator de correção de que resultou num decréscimo de 4,5 milhões de euros relativamente ao valor médio cobrado nos últimos 24 meses (regras previsionais do POCAL), atendendo à desaceleração da atividade económica prevista para o ano de 2013. No IMT, e pelos mesmos motivos, aplicou-se também um fator de correção que originou uma redução do valor previsto de 2,4 milhões de euros.

Relativamente aos impostos diretos acresce referir que em 2013 o Município do Porto reduziu a taxa do IMI em 0,1%, quer para os imóveis avaliados quer para os imóveis não avaliados, e incrementou a redução da taxa da derrama a aplicar às empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros anuais, passando de 1,4% do lucro tributável e não isento de IRC para 1,2%, o que permitirá que, face à taxa atual, que o IMI não tenha um acréscimo de 25% e de 14,3 %, e a derrama não seja superior em 25%.

Nos impostos indiretos prevê-se um decréscimo de 3,4%, relativamente ao previsto para o ano anterior, o que representa 379,7 mil euros. Para tal concorrem, entre outros, os tributos referentes aos loteamentos e obras, nomeadamente os provenientes das infraestruturas urbanísticas.

No que concerne às taxas, multas e outras penalidades, o valor previsto para 2013 corresponde a um acréscimo de 12,5%, essencialmente pelo efeito conjugado do aumento das multas e outras penalidades e da taxa de compensação com a diminuição da cobrança de taxas pelas ocupações diversas do solo e subsolo.

### F.6 - Estrutura das receitas fiscais



### 3. Receitas não fiscais

As receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros, estimam-se em 74,4 milhões de euros. Representam, em termos globais, um decréscimo de 11,8% relativamente a 2012, por força, essencialmente, da redução das transferências correntes e de capital. O peso das receitas não fiscais sobre a receita total é de 41,7%.

#### Q.8 - Receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	Anos				Variação	
	2012		2013		Valor	%
	Valor	%	Valor	%		
<b>Receitas Correntes</b>	<b>61.400.444</b>	<b>72,8%</b>	<b>58.471.832</b>	<b>78,6%</b>	<b>-2.928.612</b>	<b>-4,8%</b>
Rendimentos de propriedade	* 6.766.767	8,0%	7.047.627	9,5%	280.860	4,2%
Transferências correntes	33.262.734	39,4%	29.804.953	40,0%	-3.457.781	-10,4%
Venda de bens e serviços correntes	20.730.317	24,6%	20.659.864	27,8%	-70.453	-0,3%
Outras receitas correntes	640.626	0,8%	959.388	1,3%	318.762	49,8%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>22.996.699</b>	<b>27,2%</b>	<b>15.961.587</b>	<b>21,4%</b>	<b>-7.035.112</b>	<b>-30,6%</b>
Venda de bens de investimento	* 6.454.636	7,6%	5.642.701	7,6%	-811.935	-12,6%
Transferências de capital	16.094.675	19,1%	9.878.229	13,3%	-6.216.446	-38,6%
Outras receitas de capital	20	0,0%	20	0,0%		
Reposições não abatidas nos pagamentos	447.368	0,5%	440.637	0,6%	-6.731	-1,5%
<b>Total*</b>	<b>84.397.143</b>	<b>100,0%</b>	<b>74.433.419</b>	<b>100,0%</b>	<b>-9.963.724</b>	<b>-11,8%</b>

\* Total expurgado das receitas extraordinárias (parcómetros, silo-auto e terrenos do parque da cidade)

A agregação das receitas não fiscais por capítulos económicos, de acordo com a natureza das mesmas, permite concluir que 78,6% respeitam a receitas correntes, e 21,4% a receitas de capital.

### **3.1 Rendimentos de propriedade**

Dos 7 milhões de euros previstos em rendimentos de propriedade, 6,1 milhões de euros respeitam ao contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica com a EDP. Dos restantes 915,5 mil euros, 41,9% resultam dos juros das aplicações financeiras de curto prazo que a autarquia efetua mensalmente no sentido de rentabilizar os fundos de tesouraria em função do plano de pagamentos.

### **3.2 Transferências correntes**

Apesar do valor total das transferências do Estado constantes da proposta do Orçamento do Estado para 2013 se manter, a componente das transferências correntes regista um ligeiro acréscimo, por contrapartida das transferências de capital, passando de 24,2 milhões de euros em 2012 para 24,7 milhões de euros em 2013, o que representa 82,9% do total das transferências correntes (29,8 milhões de euros).

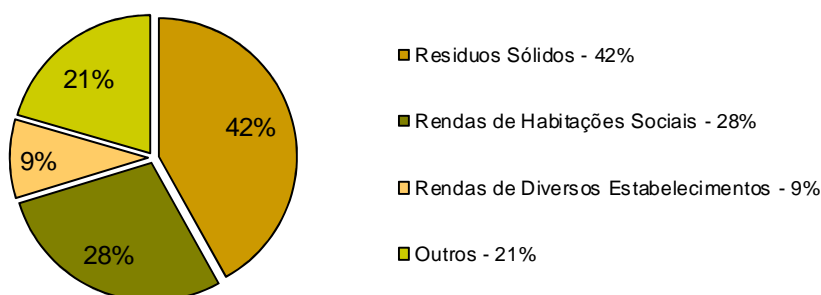
Destacam-se ainda as receitas provenientes de Protocolos com o Ministério da Educação no âmbito do pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, no montante de 4,3 milhões de euros. O remanescente das transferências correntes, no total de 841,2 mil euros, provém, fundamentalmente, da execução de programas com financiamento comunitário, nomeadamente do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

### **3.3 Venda de bens e serviços correntes**

A venda de bens e serviços correntes representa 11,6% das receitas totais e 27,8% das receitas não fiscais, onde têm especial relevância as receitas provenientes dos resíduos sólidos com uma previsão de 8,7 milhões de euros para 2013.

As rendas das habitações sociais, transferidas para a empresa DomusSocial, EM, são afetadas à manutenção e gestão dos bairros municipais. O valor previsto para 2013 no orçamento municipal, de 5,9 milhões de euros, destina-se essencialmente à reabilitação das casas devolutas.

F.7 - Estrutura da venda de bens e serviços correntes



### 3.4 Venda de bens de investimento

Neste agrupamento a redução é de 811,9 mil euros, relativamente ao valor orçado no ano transato. No Anexo XI ao presente relatório é apresentado o mapa com os terrenos e edifícios com potencial de alienação, com uma receita prevista para 2013 de 80 % do valor total dos imóveis.

Nos termos das Normas de Execução do Orçamento, que se propõe que sejam aprovadas pela Assembleia Municipal com os restantes documentos previsionais, e nos termos previstos na Lei, ficará o Presidente da Câmara autorizado, no decorrer do ano de 2013, a alienar os imóveis que integram o referido Anexo XI.

### 3.5 Transferências de capital

Por força do decréscimo de 6,1 milhões de euros provenientes das participações a fundo perdido, relativas a contratos com fundos autónomos, as transferências de capital decrescem 6,2 milhões de euros, comparativamente a 2012.

Q.9 - Receitas provenientes de transferências de capital

(Un.: euro)

Transferências de Capital	2012	2013	Variação	
			Valor	%
Participação nos Impostos do Estado				
. Fundo de Equilíbrio Financeiro	* 990.792	494.276	-496.516	-50,1%
Comparticipação a Fundo Perdido				
. De Protocolos com Administração Central	20	20	0	0,0%
. De Contratos com Fundos Autónomos	6.321.335	200.060	-6.121.275	-96,8%
. De Fundos Comunitários	8.482.448	9.183.813	701.365	8,3%
Outros	300.080	60	-300.020	-100,0%
<b>Total</b>	<b>16.094.675</b>	<b>9.878.229</b>	<b>-6.216.446</b>	<b>-38,6%</b>

\* O valor final após a aprovação do OE2012 foi de 988.552 euros

Destaca-se a variação negativa das transferências de capital face ao orçamentado para 2012. Não obstante o Acordo de Colaboração celebrado com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), no âmbito do Prohabita 2011/2012, que em 2012 permitiu a inscrição de uma dotação de 6 milhões de euros para a recuperação de novos fogos habitacionais, verificou-se, ao longo desse ano, a total ausência de resposta às inúmeras solicitações de pedido de aprovação das candidaturas submetidas, algumas ainda em 2011, e que por este facto não deram origem a novos contratos de participação nem à transferência de verbas. Por uma questão de prudência não se inscreveu o valor correspondente ao saldo por transferir dos contratos de participação inicialmente assinados.

As transferências do Estado, provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, reduzem-se em contrapartida do acréscimo, de igual montante, das transferências correntes.

Assinalam-se ainda as participações de fundos comunitários, no montante de 9,2 milhões de euros, com uma variação positiva relativamente ao ano anterior, com destaque para as transferências no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), nomeadamente do Eixo 3 - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial e do Eixo 4 – Qualificação do Sistema Urbano.

A variação negativa em Outros resulta da inscrição, em 2012, da comparticipação dos CTT no processo de recuperação do Bairro do Pereiró.

### 3.6 Passivos financeiros – Empréstimos de Médio/Longo prazo

O empréstimo de médio e longo prazo que se prevê utilizar no ano de 2013 respeita à reabilitação dos bairros sociais no âmbito do Prohabita 2011/2012.

Q.10 - Utilização de empréstimos de longo prazo

	Un.: euro
Finalidade	Utilizações em 2013
Prohabita 2011-2012	4.875.448
<b>Total</b>	<b>4.875.448</b>

Na sequência do Acordo de Colaboração no âmbito do Prohabita 2011/2012, celebrado entre o IHRU e o Município do Porto, pelo prazo de dois anos, prevê-se a utilização de 4,9 milhões de euros do empréstimo contratualizado em 2011 e visado em março de 2012, no valor de 6 milhões de euros para financiar obras de reabilitação em 4.700 habitações localizadas em vários locais e freguesias do concelho do Porto, contrato este que o IHRU não tem cumprido, mas que se acredita que cumprirá.

No Anexo V ao presente relatório, é apresentado um mapa discriminativo de contratos de empréstimo já contratualizados. A utilização deste empréstimo é compatível com uma redução da dívida de médio e longo prazo à banca de 6,3 milhões de euros.



#### 4. Receita consignada

##### Q.11 - Receita consignada

(Un.: milhares de euros)

Orçamento da Receita	Parcial	Total
<b>Receita Total</b>		<b>178.500</b>
<b>Receita Consignada</b>		<b>21.279</b>
- Administração Central		
DREN	4.251	
Fundo Social Municipal	2.127	
- Compartições a fundo perdido		
QREN	9.650	
Turismo Portugal	200	
Enter Hub	13	
INTERREG	38	
URBAN	103	
Outros	21	
- Empréstimos		
Prohabita - 4700 fogos	4.875	
<b>Receita não Consignada</b>		<b>157.221</b>

Do total de 178,5 milhões de euros previstos como receita de 2013, 21,3 milhões de euros respeitam a receita consignada cujo valor está afeto à cobertura de despesas específicas.

A receita própria que a CMP terá disponível para fazer face às suas despesas ordinárias é, assim, de 157,2 milhões de euros. Esta receita própria da autarquia representa o nível mínimo de obtenção de recursos financeiros e constitui o referencial que suporta as atividades essenciais ao cumprimento da missão do Município.

### III – PREVISÃO DAS DESPESAS

#### 1. Visão global das despesas

A despesa municipal para 2013, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que ascenda a 178,5 milhões de euros, a que corresponde um decréscimo de 7,5% relativamente ao ano transato.

#### Q.12 - Despesas por classificação económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	Anos					
	2012		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>136.511.957</b>	<b>70,7%</b>	<b>133.259.473</b>	<b>74,7%</b>	<b>-3.252.484</b>	<b>-2,4%</b>
Despesas com pessoal	62.701.006	32,5%	62.581.487	35,1%	-119.519	-0,2%
Aquisição de bens e serviços	50.252.897	26,0%	54.338.465	30,4%	4.085.568	8,1%
Juros e outros encargos	4.050.100	2,1%	3.948.100	2,2%	-102.000	-2,5%
Transferências correntes	9.128.112	4,7%	7.132.701	4,0%	-1.995.411	-21,9%
Subsídios	7.893.656	4,1%	2.691.725	1,5%	-5.201.931	-65,9%
Outras despesas correntes	2.486.186	1,3%	2.566.995	1,4%	80.809	3,3%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>56.558.443</b>	<b>29,3%</b>	<b>45.240.527</b>	<b>25,3%</b>	<b>-11.317.916</b>	<b>-20,0%</b>
Aquisição de bens de capital	* 13.279.281	6,9%	29.742.317	16,7%	16.463.036	124,0%
Transferências de capital	30.327.152	15,7%	2.160.010	1,2%	-28.167.142	-92,9%
Ativos financeiros	100.010	0,1%	200	0,0%	-99.810	-99,8%
Passivos financeiros	12.752.000	6,6%	13.138.000	7,4%	386.000	3,0%
Curto prazo	2.500.000	1,3%	2.500.000	1,4%	0	0,0%
Médio e longo prazo	10.252.000	5,3%	10.638.000	6,0%	386.000	3,8%
Outras despesas de capital	* 100.000	0,1%	200.000	0,1%	100.000	100,0%
<b>Total*</b>	<b>193.070.400</b>	<b>100,0%</b>	<b>178.500.000</b>	<b>100,0%</b>	<b>-14.570.400</b>	<b>-7,5%</b>

\* Total expurgado das despesas extraordinárias

As despesas de capital, com uma diminuição prevista de 11,3 milhões de euros para 2013, representam 25,3% do orçamento. Para este decréscimo concorre a redução do investimento realizado pelas empresas municipais. Para a variação significativa ocorrida na rubrica de transferências de capital, concorre ainda a alteração de classificação do investimento, executado por estas empresas, para a rubrica de aquisição de bens de capital, por força da aprovação do novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

No que respeita às despesas correntes estima-se que, face ao ano anterior, apresentem um decréscimo de 3,3 milhões de euros, em termos absolutos. O ligeiro aumento do seu peso relativo resulta da redução mais significativa do valor global do orçamento.

Por força da aprovação da Lei-Quadro das Fundações, e conseqüente formalização das condições em que a Fundação Porto Social presta serviços ao município, foi alterada a classificação da dotação para a rubrica de aquisição de serviços, o que influenciou a redução das transferências correntes relativamente ao ano transato. Para esta variação negativa concorre ainda a dotação prevista em transferências para as Juntas de Freguesia, para além do facto de não estarem previstas verbas para a Associação Porto Digital.

Na sequência da aprovação do novo regime jurídico da atividade empresarial local, parte das verbas previstas para a Porto Lazer, EM, passam a ser classificadas em aquisição de bens e serviços. Esta alteração associada à alteração de classificação dos encargos gerais de gestão das empresas municipais, GOP, EM e DomusSocial, EM, que passam a estar associadas às respetivas rubricas de investimento ou de aquisição de bens e serviços, justificam o decréscimo da dotação prevista na denominada rubrica de subsídios.

Desta forma, a rubrica de aquisição de serviços passa a contemplar as dotações afetas à Porto Lazer, EM e à Fundação Porto Social, que no ano transato estavam classificadas em subsídios e transferências correntes, respetivamente, o que por si só justifica o aumento do agrupamento.

## **2. Despesas correntes**

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2012, salientando-se as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços, que representam, em conjunto, 87,7% do total das mesmas.

### **2.1 Despesas com pessoal**

Em 2013 estima-se que as despesas com pessoal reduzam 0,2% face ao ano anterior, com uma dotação de 62,6 milhões de euros, essencialmente, pela continuidade das

medidas excecionais adotadas no âmbito da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2013.

Q.13 - Despesas com pessoal por natureza económica

(Un.: euro)

Designação	2012		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações certas e permanentes	46.040.771	73,4%	44.727.760	71,5%	-1.313.011	-2,9%
Abonos variáveis e eventuais	2.737.235	4,4%	2.425.634	3,9%	-311.601	-11,4%
Segurança Social	13.923.000	22,2%	15.428.093	24,7%	1.505.093	10,8%
<b>Total</b>	<b>62.701.006</b>	<b>100,0%</b>	<b>62.581.487</b>	<b>100,0%</b>	<b>-119.519</b>	<b>-0,2%</b>

Uma análise dos valores por subagrupamento permite verificar a redução das remunerações certas e permanentes em 1,3 milhões de euros, bem como dos encargos com abonos variáveis e eventuais.

Apesar da redução ou suspensão do pagamento de um dos subsídios, como medida excecional de estabilidade orçamental constante da proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2013, o Município do Porto continua a manter prudentemente a dotação para este subsídio, no subagrupamento das remunerações certas e permanentes.

Anota-se que por não se ter concretizado no ano transato a entrada dos 75 polícias previstos no âmbito da descentralização das competências da Polícia Municipal em matéria de fiscalização de trânsito, o processo foi descontinuado. Agora e porque o corpo policial do município está desfalcado, por reformas e regressos à PSP ao longo dos anos, sem a respetiva substituição, prevê-se para 2013 a admissão de 20 polícias para reforçar a Polícia Municipal.

Aos encargos com remunerações certas e permanentes e aos abonos variáveis e eventuais continuam a ser aplicadas as restrições às valorizações ou acréscimos remuneratórios quer eles resultem de mudança de posição remuneratória ou da atribuição de prémios de desempenho.

A despesa com a Segurança Social, que no seu conjunto engloba as contribuições para as diversas entidades de segurança social para além dos encargos com a saúde, seguros e subsídios e prestações familiares, representa 24,7% das despesas com pessoal. Assinala-se o significativo aumento dos encargos para a Caixa Geral de Aposentações, que passam para uma contribuição de 20%, ou seja, passam a ter um

acréscimo de 5 p.p relativamente ao ano de 2012, e o aumento dos encargos para a Segurança Social, cuja taxa passa, para todos os colaboradores, para 23,75%, aumentando cerca de 1,5 p.p face ao ano transato. Em termos absolutos destacam-se as contribuições para a Segurança Social dos funcionários públicos (CGA), as pensões e os encargos com a saúde nos montantes de 7,8; 2,6 e 2,3 milhões de euros, respetivamente.

## **2.2 Despesas com aquisição de bens e serviços**

A manutenção da centralização da função compras, a plataforma das compras eletrónicas, a otimização e rentabilização dos recursos através das sinergias desenvolvidas pelas direções municipais ou equiparadas e participadas, continuam a ser os instrumentos fundamentais à prossecução da contenção das despesas.

Na continuação deste propósito grande parte das rubricas deste agrupamento diminui face ao ano anterior, com destaque para a conservação de bens, as comunicações e os outros trabalhos especializados, com uma redução de 679,5 mil euros, 300,2 mil euros e 243,2 mil euros, respetivamente.

O aparente aumento do agrupamento, com uma dotação global de 54,3 milhões de euros, resulta da alteração da classificação das dotações da Porto Lazer, EM, em 3,6 milhões de euros, da Fundação Porto Social, em 1,8 milhões de euros, e da DomusSocial, EM, em 797 mil euros. Expurgando esses valores para efeitos de comparação com a dotação do ano de 2012, verifica-se uma redução de 1,1 milhões de euros na aquisição de bens e serviços.

Concorrem para esta variação negativa o conjunto das aquisições de serviços pela redução dos encargos, nomeadamente com a UOPG1 e a concessão da recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública da Cidade, com -1,6 milhões de euros e -1,3 milhões de euros, respetivamente. Em contrapartida, o aumento das aquisições de bens resulta essencialmente do acréscimo das dotações em combustíveis e em alimentação – refeições confeccionadas, em consequência do aumento do preço dos combustíveis e do número de refeições escolares servidas nas EB1 e jardins-de-infância.

### **2.3 Encargos correntes da dívida**

Os juros e outros encargos correntes que se prevê ascendam a 3,9 milhões de euros, diminuam 2,5% comparativamente com o ano anterior, o equivalente a 102 mil euros.

A diminuição da componente dos juros deve-se, para além da redução da dívida, ao efeito da variação da taxa de juro que, tem vindo a baixar desde o último trimestre de 2011.

Pese embora o significativo decréscimo da taxas de juro, que entre o início de outubro de 2011 e o início de outubro de 2012, datas de referência para a preparação dos orçamentos de 2012 e 2103, foi de 78%, a variação negativa dos encargos correntes da dívida só teve expressão no 2º semestre de 2012, já que foi neste período de amortização que as taxas desceram de forma mais acentuada.

### **2.4 Transferências correntes**

As transferências correntes englobam, entre outras, as transferências para as Freguesias e para a Fundação Ciência e Desenvolvimento.

Não obstante as transferências do Orçamento do Estado, na componente do FEF, terem reduzido 36,8%, entre 2010 e 2012, as transferências para as Juntas de Freguesia só tiveram uma diminuição de 5% nesse período. Para 2013, e apesar da quebra do valor global do orçamento do município ser de 7,5% em termos nominais, e de 10,1% em termos efetivos, as transferências para as freguesias, no âmbito dos protocolos de delegação de competências, terão uma redução de apenas 7,1%. Esta redução, inferior à quebra do orçamento do município revela, mais uma vez, o esforço financeiro da autarquia no apoio a estes órgãos da administração local, mesmo com a acentuada perda de receita dos últimos anos. Para além dos protocolos de delegação de competências, estão ainda refletidos os valores destinados aos protocolos de colaboração das freguesias nas Festas da Cidade e, ainda, no âmbito do funcionamento do ensino pré-escolar, dos jardins-de-infância tutelados pelas freguesias, os apoios em termos de ação social escolar de acordo com os critérios definidos pelo Ministério da Educação.

O significativo decréscimo deste agrupamento em 2013 é resultado da alteração de classificação da dotação para a Fundação Porto Social e da não inscrição de dotação para a Associação Porto Digital.

Nas instituições sem fins lucrativos as transferências mais relevantes, para além da Fundação Ciência e Desenvolvimento, destinam-se à Fundação da Casa da Música e Fundação de Serralves.

## **2.5 Transferências para as Empresas Municipais/Subsídios**

O decréscimo de 65,9% neste agrupamento económico que, em termos absolutos, representa 5,2 milhões de euros decorre da alteração de classificação das dotações afetadas às empresas municipais GOP, EM, DomusSocial, EM, e Porto Lazer, EM.

Relativamente às empresas municipais GOP, EM e DomusSocial, EM, os encargos gerais de gestão passam a estar imputados proporcionalmente aos investimentos realizados, de acordo com os respetivos planos de investimento.

No que respeita à Porto Lazer, EM, mantém-se nesta rubrica de subsídios apenas a dotação correspondente ao valor do subsídio à exploração (1,7 milhões de euros), registando-se o diferencial em aquisições de serviços.

Para a participada Porto Vivo, SRU, os valores inscritos, no montante de 1 milhão de euros, destinam-se à cobertura de 40%<sup>7</sup> dos prejuízos previstos para 2012, apesar do outro acionista, o IHRU, ainda não ter liquidado os valores referentes a 2010 e 2011.

## **3. Despesas de capital**

As despesas de capital que em 2012 representavam 29,3% da despesa total, diminuem o seu peso no orçamento de 2013 para 25,3%. Para um valor total de 45,2 milhões de euros e um decréscimo de 11,3 milhões de euros, concorre, essencialmente, a redução do investimento a realizar pelas empresas municipais. Este

---

<sup>7</sup> Corresponde à participação do Município no capital social da Porto Vivo, SRU. Os restantes 60% são detidos pelo IHRU

investimento, classificado em anos anteriores em transferências de capital, passou a integrar o agrupamento das aquisições de bens de capital, por força da aprovação do novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

### 3.1 Aquisição de bens de capital

Este agrupamento económico, com um valor orçado de 29,7 milhões de euros, agrega para além das despesas com locação financeira, os investimentos com intervenção direta da autarquia e os investimentos realizados através das empresas municipais, GOP, EM e DomusSocial, EM.

Q.14 - Investimento a realizar pela Autarquia e Empresas Municipais

(Un.: euro)

<b>Natureza Económica</b>	<b>Serviços Municipais</b>	<b>Empresas Municipais</b>	<b>Total</b>
- Terrenos	430.100		430.100
- Habitações	358.395	7.055.742	7.414.137
- Edifícios e outras construções	763.130	16.003.871	16.767.001
- Material de transporte	2.239		2.239
- Maquinaria e equipamento	4.524.240		4.524.240
- Outros	604.600		604.600
<b>Total</b>	<b>6.682.704</b>	<b>23.059.613</b>	<b>29.742.317</b>

Do total do investimento da autarquia, 22,5% respeitam a investimento a ser realizado pelos serviços municipais, sendo os restantes 77,5% executados pelas empresas municipais.

Sendo o investimento total na habitação social de 11,3 milhões de euros, a ser levado a cabo pela DomusSocial, EM, por recurso a transferências do Município, e sendo a quase totalidade deste investimento destinado à grande requalificação dos Bairros Sociais (7,1 milhões de euros), mantém o investimento na Habitação como uma prioridade.



Neste âmbito assinala-se o investimento da DomusSocial, EM previsto nos acordos de colaboração Prohabita 2011/2012 e Prohabita Lagarteiro e que, por haver indicações de que o IHRU não dará sequência ao mesmo, não efetuando a comparticipação a fundo perdido conforme não efetuou em 2012, foi suspenso ou será realizado com recurso a capitais próprios.

Q.15 - Reabilitação adiada

(Un.: euro)

Bairros	N.º de Blocos/Casas por Reabilitar	Valor
Aldoar	2	1.125.000
Contumil	1	800.000
S. Roque da Lameira	3	975.000
Santa Luzia	17	1.300.000
Rainha D. Leonor	14	630.000
Lagarteiro	5	3.000.000
Diversos bairros (reforço estrutural de consolas)		1.900.000
<b>Total</b>		<b>9.730.000</b>

Foram assim adiadas as obras de reabilitação exterior de 6 bairros de habitação social programadas mas não iniciadas, num valor estimado de 9,7 milhões de euros, não se inscrevendo qualquer valor em orçamento para 2013. Neste âmbito está ainda previsto para 2013 o investimento num bloco do bairro do Lagarteiro no montante de 667,1 mil euros, com recurso a capitais municipais, entendidos enquanto recursos próprios da DomusSocial, EM.

O acordo de colaboração 2011/2012 com o IHRU, no âmbito do Prohabita, previa ainda a reabilitação interior de casas devolutas e a conclusão da reabilitação do bairro da Fonte da Moura.

Q.16 - Investimento global por natureza económica

(Un.: euro)

Natureza económica	Serviços Municipais		E.M.'s		Variação	
	2012	2013	2012	2013	CMP	E.M.'s
<b>Aquisição de bens de capital</b>						
<b>Investimentos</b>						
<b>Terrenos</b>	* 6.183.400	430.100			-93,0%	
<b>Habitacões</b>	275.000	358.395	13.800.000	7.055.742	30,3%	-48,9%
Aquisição	265.000	348.395			31,5%	
Reparação e beneficiação	10.000	10.000	13.800.000	7.055.742		-48,9%
<b>Edifícios</b>	160.000		4.948.500	5.390.768	-100,0%	8,9%
Instalações de serviços	150.000		1.430.000	1.706.708	-100,0%	19,4%
Instalações desportivas e recreativas	10.000		100.000		-100,0%	-100,0%
Escolas			3.118.500	2.529.060		-18,9%
Mercados			300.000	1.155.000		285,0%
<b>Construções diversas</b>	2.220.483	763.130	7.973.823	10.613.103	-65,6%	33,1%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	2.220.483	635.915	6.050.000	9.545.022	-71,4%	57,8%
Parques e jardins		127.215				
Sinalização e trânsito			1.500.000	1.068.081		100,0%
Outros			423.823			100,0%
<b>Material de transporte</b>	7.525	2.239			-70,2%	
Outro	7.525	2.239			-70,2%	
<b>Equipamento de informática</b>	624.450	588.550			-5,7%	
Software informático	1.704.355	1.894.030			11,1%	
Equipamento administrativo	78.230	87.870			12,3%	
Equipamento básico	1.408.083	1.939.034			37,7%	
Outro	1.408.083	1.939.034			37,7%	
<b>Ferramentas e utensílios</b>	14.705	14.756			0,3%	
<b>Artigos e objetos de valor</b>	6.750	6.750				
<b>Outros investimentos</b>	46.300	47.850			100,0%	
<b>Locação financeira</b>	550.000	550.000				
Edifícios	550.000	550.000				
<b>Total*</b>	13.279.281	6.682.704	26.722.323	23.059.613	-49,7%	-13,7%

\* Total expurgado das despesas extraordinárias

Do investimento global destinado à habitação, 95,2% são aplicados na grande reabilitação das habitações sociais através da DomusSocial, EM.

A totalidade dos 5,4 milhões de euros a investir em edifícios serão realizados pelas empresas municipais, sendo que 46,9% representam investimento no parque escolar onde se realça a intervenção na EB Paulo da Gama a realizar pelo GOP, EM e 21,4% respeita a investimento em Espaços Públicos.

O investimento na rede viária representa 34,2% do investimento global com uma dotação orçamental de 10,2 milhões de euros para manutenção sendo da responsabilidade da GOP, EM a realização de cerca de 93,8% destas intervenções, com especial destaque para a requalificação das ruas Mouzinho da Silveira e Flores e

da Avenida da Boavista, para além do início da consolidação no terreno da escarpa das Fontainhas e da beneficiação e requalificação de outras redes viárias. A realizar pelos serviços municipais, prevêem-se melhorias da rede viária, nomeadamente nas ruas Formosa e de Santo Ildefonso.

Do restante investimento em equipamentos destacam-se o hardware e software informático com 2,5 milhões de euros e o equipamento básico com 1,9 milhões de euros. Nos equipamentos básicos tem especial relevância o apetrechamento dos centros escolares, no âmbito dos projetos que beneficiam de financiamento comunitário, assim como equipamentos para as cantinas, bibliotecas e recreios escolares, para além da aquisição de equipamento específico para a produção de nova cartografia digital, para projeto cofinanciado de eficiência energética da cidade do Porto, e para o ambiente e serviços urbanos. No âmbito do investimento em equipamentos, incluem-se ainda os investimentos em parques e jardins, equipamento administrativo e material de transporte.

### 3.2 Transferências de capital

Para as transferências de capital prevê-se o valor de 2,2 milhões. A variação negativa resulta da alteração de classificação das dotações para as empresas municipais, GOP, EM e DomusSocial, EM, e Fundação Porto Social.

Q.17 - Principais transferências de capital

(Un.: euro)	
Transferências de Capital	Valor
Fundação Ciência e Desenvolvimento	82.940
Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	1.966.070
Outros	111.000
<b>Total</b>	<b>2.160.010</b>

As transferências para a LIPOR absorvem 91% deste agrupamento.

Destaca-se ainda a redução do valor previsto para o programa Recria, na rubrica Outros, para as participações da autarquia na recuperação de edifícios por particulares, por inexistência de obras aprovadas pelo IHRU, neste âmbito.

#### 4. Serviço da dívida

O serviço da dívida, que inclui as amortizações e juros a pagar, totaliza 15 milhões de euros. A discriminação dos empréstimos por finalidade, bem como outras despesas que originam encargos financeiros, como sejam a locação financeira, constam do Anexo V do presente relatório.

A dívida total em dezembro de 2013 rondará os 96,4 milhões de euros, dos quais 25,8 milhões de euros ainda respeitam ao EURO 2004, representando um decréscimo de 6,1%, relativamente a 2012 e uma variação previsível do endividamento bancário de menos 6,3 milhões de euros,

#### Q.18 - Resumo da dívida

(un.: euro)

Natureza do financiamento	Capital em dívida 31/12/2012 <sup>(*)</sup>	Utilização em 2013	Encargos do ano 2013		Capital em dívida 31/12/2013
			Amortizações	Juros	
Projetos comparticipados por fundos comunitários	16.365.793		1.667.000	2.027.000	14.698.793
Programa Especial de Realojamento	16.589.234		1.894.000	120.000	14.695.234
Aquisição/construção/recuperação de imóveis para Hab.Social	9.520.132		757.000	341.000	8.763.132
Danos causados pelas intempéries	7.658.015		851.000	45.000	6.807.015
Programas de habitação p/ renovação de áreas urbanas degradadas	17.981.627	4.875.448	1.374.000	325.000	21.483.075
Contratos de Locação Financeira	7.408.372		550.000	140.000	6.858.372
Outros empréstimos	27.189.787		4.095.000	810.000	23.094.787
<b>Total</b>	<b>102.712.960</b>	<b>4.875.448</b>	<b>11.188.000</b>	<b>3.808.000</b>	<b>96.400.408</b>

(\*) estimativa

Salienta-se que nem todos os empréstimos contam para o limite ao endividamento líquido municipal, uma vez que os valores relativos aos empréstimos obtidos para o financiamento à construção de habitação social, e contratualizados antes de 2007, para financiamento de projetos com participação comunitária, estão excecionados ao abrigo da Lei do Orçamento do Estado e da Lei das Finanças Locais.

Na presente proposta de Orçamento, inclui-se também o empréstimo de curto prazo, no montante de 2,5 milhões de euros, bem como a respetiva amortização. A inclusão

no Orçamento deste montante visa acautelar eventuais dificuldades de tesouraria associadas ao desfasamento entre o ciclo da receita e o ciclo da despesa.

A verba relativa à amortização do capital relacionado com a locação financeira, não consta dos valores apresentados na rubrica Passivos financeiros, já que a mesma, por imposição de regras contabilísticas, é registada numa sub-rubrica própria criada para o efeito, no agrupamento económico Aquisições de bens de investimento, constando a título informativo, no referido Anexo V.

Estes valores relativos à dívida bancária de médio e longo prazo, correspondem à totalidade da dívida bancária de médio e longo prazo, de todo o universo municipal, porque as empresas municipais do concelho do Porto não têm qualquer dívida desta natureza.

## **5. Classificação funcional das despesas autárquicas**

A despesa total, incluindo ativos financeiros, é distribuída por funções e subfunções de acordo com o classificador funcional do POCAL e releva o esforço financeiro desenvolvido por cada uma destas funções, de acordo com os objetivos finais desta Autarquia.

A metodologia adotada para a distribuição da despesa pelas diferentes funções segue de perto as atividades desenvolvidas pelas respetivas unidades orgânicas, procedendo-se à imputação direta dos respetivos encargos. As atividades desenvolvidas pelas Direções Municipais ou equiparadas foram imputadas às respetivas funções, conforme a finalidade da despesa. Os investimentos, a serem realizados pelas empresas municipais, foram imputados de acordo com os seus planos de investimentos, às diferentes funções.

Q.19 - Despesa da Autarquia – classificação funcional

(un.: euro)

Função / Subfunções	Orçamento 2013		Total	%
	PPI	Acções Relevantes		
<b>1 FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>4.922.178</b>	<b>41.679.268</b>	<b>46.601.446</b>	<b>26,1%</b>
<b>1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública</b>	<b>4.871.858</b>	<b>24.879.023</b>	<b>29.750.881</b>	<b>16,7%</b>
1.1.1 Administração geral	4.871.858	24.879.023	29.750.881	16,7%
<b>1.2.0 Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>50.320</b>	<b>16.800.245</b>	<b>16.850.565</b>	<b>9,4%</b>
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	31.820	7.494.174	7.525.994	4,2%
1.2.2 Polícia Municipal	18.500	9.306.071	9.324.571	5,2%
<b>2 FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>11.747.547</b>	<b>68.867.469</b>	<b>80.615.016</b>	<b>45,2%</b>
<b>2.1.0 Educação</b>	<b>2.688.935</b>	<b>10.216.316</b>	<b>12.905.251</b>	<b>7,2%</b>
2.1.1 Ensino não superior	2.688.935	10.216.316	12.905.251	7,2%
<b>2.3.0 Segurança e Ação Sociais</b>	<b>100</b>	<b>2.199.571</b>	<b>2.199.671</b>	<b>1,2%</b>
2.3.2 Ação social	100	2.199.571	2.199.671	1,2%
<b>2.4.0 Habitação e Serviços Coletivos</b>	<b>8.896.512</b>	<b>41.869.048</b>	<b>50.765.560</b>	<b>28,4%</b>
2.4.1 Habitação	7.065.742	3.398.489	10.464.231	5,86%
2.4.2 Ordenamento do território	125.000	2.209.148	2.334.148	1,3%
2.4.5 Resíduos sólidos	369.250	26.298.090	26.667.340	14,9%
2.4.6 Proteção do meio ambiente	1.336.520	9.963.320	11.299.840	6,3%
<b>2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>162.000</b>	<b>14.582.534</b>	<b>14.744.534</b>	<b>8,3%</b>
2.5.1 Cultura	162.000	8.784.775	8.946.775	5,0%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	0	5.797.759	5.797.759	3,2%
<b>3 FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>13.072.592</b>	<b>14.624.418</b>	<b>27.697.010</b>	<b>15,5%</b>
<b>3.2.0 Indústria e Energia</b>	<b>632.870</b>	<b>1.288.187</b>	<b>1.921.057</b>	<b>1,1%</b>
<b>3.3.0 Transportes e Comunicações</b>	<b>11.246.012</b>	<b>11.990.230</b>	<b>23.236.242</b>	<b>13,0%</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	11.246.012	11.990.230	23.236.242	13,0%
<b>3.4.0 Comércio e Turismo</b>	<b>1.193.710</b>	<b>1.344.535</b>	<b>2.538.245</b>	<b>1,4%</b>
3.4.1 Mercados e feiras	1.193.710	213.282	1.406.992	0,8%
3.4.2 Turismo	0	1.131.253	1.131.253	0,6%
<b>3.5.0 Outras funções económicas</b>	<b>0</b>	<b>1.467</b>	<b>1.467</b>	<b>0,0%</b>
<b>4 OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>0</b>	<b>23.586.527</b>	<b>23.586.527</b>	<b>13,2%</b>
<b>4.1.0 Operações da dívida autárquica</b>	<b>0</b>	<b>17.086.300</b>	<b>17.086.300</b>	<b>9,6%</b>
<b>4.2.0 Transferências entre administrações</b>	<b>0</b>	<b>5.675.655</b>	<b>5.675.655</b>	<b>3,2%</b>
<b>4.3.0 Diversas não especificadas</b>	<b>0</b>	<b>824.572</b>	<b>824.572</b>	<b>0,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>29.742.317</b>	<b>148.757.683</b>	<b>178.500.000</b>	<b>100,0%</b>

As despesas de funcionamento dos órgãos municipais e dos serviços transversais, foram imputadas à subfunção Administração geral.

A despesa da Autarquia, agrupada por classificação funcional, permite-nos constatar que as Funções Gerais absorvem 26,1% do orçamento. Em particular a Administração geral deverá ser responsável por 16,7% da despesa global, com uma redução de 8,7%

face ao ano anterior, por força, essencialmente, a reclassificação dos encargos gerais de gestão das empresas municipais que passaram a ser imputados às diferentes funções de acordo com os respetivos planos de investimentos.

Nesta subfunção estão incluídas as despesas inerentes ao funcionamento, modernização e equipamento dos serviços, bem como o investimento em aplicativos informáticos, modernização de processos administrativos, organização interna de fluxos de informação, entre outros de igual relevo. Salienta-se, ainda, a Segurança e Ordem Públicas com 16,9 milhões de euros, onde se prevê a entrada de novos efetivos.

A Função Social, à semelhança dos orçamentos de anos anteriores, surge como primeira prioridade do executivo, com 45,2% do orçamento global e 80,6 milhões de euros. Dos 50,8 milhões de euros destinados à subfunção Habitação e Serviços Coletivos destacam-se os resíduos sólidos com 26,7 milhões de euros e a habitação que pesa de 13% no orçamento da função social. A Educação, com 12,9 milhões de euros, continua a refletir o resultado de uma aposta clara na melhoria das condições de ensino e no próprio ensino. Note-se que o investimento no parque escolar em 2013 ascenderá a 2,5 milhões de euros.

Destaca-se ainda nesta Função a Cultura que absorve 8,9 milhões de euros, ou seja, 5% do orçamento global.

As Funções Económicas, que se prevê ascendam a 27,7 milhões de euros, menos 2,8 milhões de euros que no ano anterior, abrangem, entre outras, as despesas com transportes e comunicações.

Em 2013 continua a merecer destaque, não pelo montante, mas pelo seu significado, a Indústria e Energia. A verba inscrita na Indústria e Energia destina-se ao desenvolvimento dos estudos com vista à racionalização dos consumos de energia numa ótica de sustentabilidade, assim como as despesas a serem realizadas no âmbito da candidatura Eficiência Energética na Iluminação Pública da Cidade do Porto.

## 6. Estrutura e distribuição do orçamento pelos serviços responsáveis

As despesas orçamentais para o ano de 2013 estão agrupadas de acordo com a estrutura iniciada em 2007 que visa valorizar a dimensão política do orçamento e flexibilizar a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada um dos dirigentes de cada serviço municipal pela execução do seu orçamento e, em consequência, pelos resultados a alcançar.

Desta forma, o orçamento decompõe-se em 3 classificações orgânicas: a 01 - Assembleia Municipal, que identifica a despesa decorrente do funcionamento deste órgão, a 02 - Câmara Municipal, que inclui para além da despesa afeta ao executivo a despesa prevista para todas as direções e serviços municipais e a 03 - Operações Financeiras que inclui os ativos e passivos financeiros, bem como os juros e outros encargos.

Q.20 - Orçamento por Unidade Orgânica

(Lh.: euro)

Designação	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Total	%
01 Assembleia Municipal	96.012	0,1%	0	0,0%	96.012	0,1%
02 Câmara Municipal	129.215.361	97,0%	32.102.327	71,0%	161.317.688	90,4%
03 Operações Financeiras	3.948.100	3,0%	13.138.200	29,0%	17.086.300	9,6%
<b>Total</b>	<b>133.259.473</b>	<b>100,0%</b>	<b>45.240.527</b>	<b>100,0%</b>	<b>178.500.000</b>	<b>100,0%</b>

A agregação das despesas por classificação orgânica e económica baseou-se na estruturação dos Projetos/Atividades/Ações identificadas pelas Direções Municipais ou equiparadas e enviadas à Direção Municipal de Finanças e Património através da base de dados e nos termos da O/S nº I/136862/12/CMP, de 02 de agosto, de que resultou a estrutura por serviço responsável.



Q.21 - Despesas correntes e de capital por serviço responsável

(Un.: euro)

Serviço Responsável	Despesas Correntes	%	Despesas Capital	%	Total	%
<b>Assembleia Municipal</b>	<b>96.012</b>	<b>0,1%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>96.012</b>	<b>0,1%</b>
<b>Câmara Municipal</b>	<b>129.215.361</b>	<b>97,0%</b>	<b>32.102.327</b>	<b>71,0%</b>	<b>161.317.688</b>	<b>90,4%</b>
Executivo Municipal	4.862.973	3,6%	1.200	0,0%	4.864.173	2,7%
D. M. da Presidência	1.633.448	1,2%	27.230	0,1%	1.660.678	0,9%
D. M. Finanças e Património	16.431.334	12,3%	24.857.448	54,9%	41.288.782	23,1%
D. M. Recursos Humanos	63.189.258	47,4%	1.000	0,0%	63.190.258	35,4%
D. M. Cultura	2.099.569	1,6%	162.000	0,4%	2.261.569	1,3%
D. M. Proteção C. A. Serviços Urbanos	22.036.447	16,5%	2.631.550	5,8%	24.667.997	13,8%
D. M. Gestão Via Pública	6.791.903	5,1%	1.399.024	3,1%	8.190.927	4,6%
D. M. Urbanismo	314.078	0,2%	241.000	0,5%	555.078	0,3%
D. M. Sistemas de Informação	1.081.400	0,8%	2.567.080	5,7%	3.648.480	2,0%
Polícia Municipal	3.054.600	2,3%	18.500	0,0%	3.073.100	1,7%
Batalhão Sapadores de Bombeiros	425.290	0,3%	31.820	0,1%	457.110	0,3%
Dep. M. Jurídico e de Contencioso	421.791	0,3%	500	0,0%	422.291	0,2%
Dep. M. Educação	6.052.674	4,5%	159.875	0,4%	6.212.549	3,5%
Dep. M. Turismo	533.446	0,4%	0	0,0%	533.446	0,3%
Dep. M. Fiscalização	287.150	0,2%	4.100	0,0%	291.250	0,2%
<b>Operações Financeiras</b>	<b>3.948.100</b>	<b>3,0%</b>	<b>13.138.200</b>	<b>29,0%</b>	<b>17.086.300</b>	<b>9,6%</b>
<b>Total</b>	<b>133.259.473</b>	<b>100,0%</b>	<b>45.240.527</b>	<b>100,0%</b>	<b>178.500.000</b>	<b>100,0%</b>

Os Serviços Responsáveis que dispõem de mais dotação orçamental são a Direção Municipal de Finanças e Património, devido fundamentalmente à centralização das dotações afetas às entidades participadas, e a Direção Municipal de Recursos Humanos, que concentra todas as despesas com pessoal.

Das restantes Direções Municipais, a Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos dispõe da maior dotação orçamental para 2013, com 24,7 milhões de euros, seguida da Direção Municipal de Gestão da Via Pública com 8,2 milhões de euros.

### 6.1 Áreas de intervenção das Grandes Opções do Plano (GOP)

As despesas relevantes que concorreram para os objetivos, programas, projetos ou atividades e ações deram origem às Grandes Opções do Plano (GOP) que integraram o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Mapa Plurianual das Atividades mais Relevantes (PAR).

Q.22 - Grandes Opções do Plano/Objetivos estratégicos

(Un.: euro)

Objetivos	PPI	PAR	Total
<b>Coesão social</b>	<b>9.794.647</b>	<b>21.139.749</b>	<b>30.934.396</b>
Habituação social	7.055.742	0	7.055.742
Educação	2.687.985	7.063.138	9.751.123
Capacitação/envolvimento da população	600	5.587.267	5.587.867
Segurança urbana	50.320	3.154.890	3.205.210
Desporto e vida saudável	0	5.334.454	5.334.454
<b>Regeneração urbana</b>	<b>2.549.000</b>	<b>1.880.358</b>	<b>4.429.358</b>
Reabilitação da baixa	1.089.000	1.741.358	2.830.358
Urbanismo	305.000	139.000	444.000
Novos conceitos/espacos públicos	1.155.000	0	1.155.000
<b>Competitividade</b>	<b>12.375.312</b>	<b>33.747.468</b>	<b>46.122.780</b>
Turismo	0	533.446	533.446
Cultura & lazer	8.000	1.970.167	1.978.167
Desenvolvimento urbano	11.698.882	7.030.123	18.729.005
Ambiente e sustentabilidade	665.480	23.823.116	24.488.596
Marketing e notoriedade	2.950	370.375	373.325
Juventude	0	20.241	20.241
<b>Relacionamento com o município e funcionamento interno</b>	<b>5.023.358</b>	<b>91.990.108</b>	<b>97.013.466</b>
Relacionamento com o município	12.000	505.571	517.571
Funcionamento interno	4.461.358	74.045.867	78.507.225
Operações financeiras	0	17.086.300	17.086.300
Indemnizações	0	70.000	70.000
Outros	550.000	282.370	832.370
<b>Total</b>	<b>29.742.317</b>	<b>148.757.683</b>	<b>178.500.000</b>

O valor global da despesa na ótica das Grandes Opções do Plano, apresentado para 2013, é de 178,5 milhões de euros, dos quais 29,7 milhões referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 148,8 milhões de euros ao conjunto de ações identificadas como Ações Relevantes.

Os objetivos estratégicos para o ano 2013 contemplam as principais prioridades decorrentes do programa eleitoral de 2009, que se agrupam em três grandes vetores:

01-Coesão Social

## 02- Regeneração Urbana

### 03- Competitividade

A Coesão Social continua a ser um dos vetores estratégicos mais importantes. O programa de recuperação dos bairros sociais, central neste objetivo, terá em 2013 uma dotação de 7,1 milhões de euros para a grande reabilitação, reforçando assim a melhoria das condições habitacionais bem como as condições sociais dos cidadãos da cidade. Se a este valor se acrescentarem 4,2 milhões de euros de investimento a realizar pela DomusSocial, EM, com recurso às suas receitas próprias, verifica-se que o investimento nos bairros sociais será de 11,3 milhões de euros, ainda assim aquém do que se conseguiu, em média, nos últimos anos.

A Educação absorverá 9,8 milhões de euros do orçamento com destaque para o investimento na melhoria do parque escolar, nas atividades de enriquecimento curricular e no fornecimento de refeições escolares que aumentam fruto das atuais condições socioeconómicas das famílias associadas à qualidade das refeições, e do reforço da oferta do pré-escolar na cidade.

A Capacitação/envolvimento da população e o Desporto e Vida Saudável, com 5,6 e 5,3 milhões de euros, respetivamente, refletem-se nas dotações afetas à Fundação Porto Social, às freguesias no âmbito da delegação de competências da autarquia, e às empresas municipais.

Na Regeneração Urbana incluem-se, para além da Reabilitação da baixa, o início da consolidação no terreno da escarpa das Fontainhas, a comparticipação do Município no âmbito do Programa Recria. Os montantes afetos a este objetivo não incluem o investimento significativo a realizar pela Porto Vivo, SRU, entidade criada pelo IHRU e pelo Município do Porto, precisamente com a missão de dinamizar o processo de reabilitação e revitalização da Baixa Portuense e do seu Centro Histórico. No Urbanismo estão afetos 444 mil euros, destinados essencialmente, ao pagamento de expropriações e outras despesas conexas com a implementação do UOPG1. Nos Espaços Públicos serão alocados 1,2 milhões de euros.

A Competitividade com 46,1 milhões de euros engloba seis programas. O Ambiente e sustentabilidade têm uma dotação de 24,5 milhões de euros, que serão aplicados

maioritariamente na limpeza urbana (concessão, deposição de resíduos sólidos urbanos na LIPOR, etc.).

O segundo maior programa deste objetivo é Desenvolvimento Urbano com 18,7 milhões de euros afetos, na sua quase totalidade, à melhoria da rede viária e à promoção da mobilidade urbana sustentável. A iluminação pública continua a merecer uma atenção especial, com a candidatura da Eficiência energética na iluminação pública da cidade do Porto, no valor de cerca de 1 milhão de euros.

O programa designado por Relacionamento com o Município e funcionamento interno inclui a estimativa dos encargos com o pessoal, no montante de 62,6 milhões. Em termos funcionais estas despesas estão distribuídas de acordo com a área de intervenção de cada unidade orgânica. Neste objetivo estão ainda contempladas as despesas com o funcionamento geral dos serviços onde se destacam os projetos de reorganização e modernização dos serviços, e o sistema de gestão da qualidade do Município e as Operações financeiras onde se considera o serviço da dívida para o ano 2013.

## **6.2 O Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**

O Plano Plurianual de Investimentos reflete todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais destinadas ao investimento, as quais são classificadas na rubrica económica 07 – Aquisições de bens de capital.

Os investimentos indiretos realizados pelas empresas municipais, e que são parte integrante dos investimentos do município, passam, em 2013, a integrar igualmente o PPI.

Desta forma, o PPI reflete não só os investimentos diretos que a autarquia promove e desenvolve no âmbito dos objetivos e programas que são definidos como prioritários, apresentando ainda os investimentos a realizar no próximo ano e nos anos seguintes, como reflete os investimentos indiretos.

Estes investimentos totalizam 29,7 milhões, com destaque para o investimento a realizar no âmbito do Desenvolvimento Urbano, que corresponde a 39,3% do investimento autárquico.

A análise pormenorizada do Plano Plurianual de Investimentos permitirá ainda identificar ação a ação, a sua finalidade, a entidade responsável pela sua execução, a dotação atribuída e a sua extensão temporal.



2013

---

# Orçamento

---

Anexos







**Anexo I**  
**Mapa comparativo do orçamento da despesa**

(Un.: euro)

<b>Código Classe</b>	<b>Classe Orçamental</b>	<b>Orçamento Corrigido 2012</b>	<b>Orçamento 2013</b>	<b>Diferença</b>	<b>Δ %</b>
01	Despesas com o pessoal	60.499.053	62.581.487	2.082.434	3,4%
02	Aquisição de bens e serviços	57.322.666	54.338.465	-2.984.201	-5,2%
03	Juros e outros encargos	4.050.100	3.948.100	-102.000	-2,5%
04	Transferências correntes	8.921.999	7.132.701	-1.789.298	-20,1%
05	Subsídios	7.194.077	2.691.725	-4.502.352	-62,6%
06	Outras despesas correntes	4.181.311	2.566.995	-1.614.316	-38,6%
07	Aquisição de bens de capital	* 14.195.347	29.742.317	15.546.970	109,5%
08	Transferências de capital	24.473.387	2.160.010	-22.313.377	-91,2%
09	Ativos financeiros	207.440	200	-207.240	-99,9%
10	Passivos financeiros	12.752.000	13.138.000	386.000	3,0%
11	Outras despesas de capital	* 3.364.066	200.000	-3.164.066	-94,1%
<b>Total*</b>		<b>197.161.445</b>	<b>178.500.000</b>	<b>-18.661.445</b>	<b>-9%</b>

\* Total expurgado das despesas extraordinárias

**Anexo II**  
**Resumo das receitas e das despesas**

(Un.: euro)

<b>Receitas</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Despesas</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>155.162.935</b>	<b>86,9%</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>133.259.473</b>	<b>74,7%</b>
Impostos diretos	80.846.709	45,3%	Despesas com pessoal	62.581.487	35,1%
Impostos indiretos	10.666.540	6,0%	Aquisição de bens	7.128.046	4,0%
Taxas, multas e outras penalidades	5.177.854	2,9%	Aquisição de serviços	47.210.419	26,4%
Rendimentos de propriedade	7.047.627	3,9%	Juros e outros encargos	3.948.100	2,2%
Transferências correntes	29.804.953	16,7%	Transferências correntes	7.132.701	4,0%
Venda de bens e serviços correntes	20.659.864	11,6%	Subsídios	2.691.725	1,5%
Outras receitas correntes	959.388	0,5%	Outras despesas correntes	2.566.995	1,4%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>23.337.065</b>	<b>13,1%</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>45.240.527</b>	<b>25,3%</b>
Venda de bens de investimento	5.642.701	3,2%	Aquisição de bens de capital	29.742.317	16,7%
Transferências de capital	9.878.229	5,5%	Transferências de capital	2.160.010	1,2%
Ativos financeiros	20	0,0%	Ativos financeiros	200	0,0%
Passivos financeiros	7.375.458	4,1%	Passivos financeiros	13.138.000	7,4%
Outras receitas de capital	20	0,0%	Outras despesas de capital	200.000	0,1%
Reposições não abatidas nos pagamentos	440.637	0,2%			
<b>Total</b>	<b>178.500.000</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>	<b>178.500.000</b>	<b>100,0%</b>

**Anexo III**  
Resumo das despesas por classificação económica e por orgânica / serviço responsável

(Un.: euro)

Código	Designação	01 - AM	02 - CM															03 - OF	Total		
			0201	0202	0204	0205	0206	0207	0208	0209	0210	0211	0212	0213	0214	0215	0218		Subtotal	Valor	%
			EM	DMP	DMFP	DMRH	DMC	DMPCASU	DMGVP	DMU	DMSI	PM	BSB	DMJC	DME	DMT	DMF				
<b>Despesas Correntes</b>																					
01	Despesas com pessoal	90.094				62.491.393											62.491.393		62.581.487	35,1%	
02	Aquisição de bens e serviços	5.918	457.971	1.633.398	10.017.676	697.865	1.570.279	21.786.206	6.791.903	314.078	1.081.400	3.054.600	379.790	412.791	5.525.994	321.446	287.150	54.332.547	54.338.465	30,4%	
0201	Aquisição de bens	937	17.283	115.619	16.550	92.300	162.260	2.588.196	892.309	17.250	6.000	53.600	181.130	6.550	2.800.696	164.266	13.100	7.127.109	7.128.046	4,0%	
0202	Aquisição de serviços	4.981	440.688	1.517.779	10.001.126	605.565	1.408.019	19.198.010	5.899.594	296.828	1.075.400	3.001.000	198.660	406.241	2.725.298	157.180	274.050	47.205.438	47.210.419	26,4%	
03	Juros e outros encargos																				
04	Transf. correntes		4.400.502		1.172.538		525.290	250.191					45.500		526.680	212.000		7.132.701	7.132.701	4,0%	
0403	Administração central		2.500												168.300			170.800	170.800	0,1%	
0405	Administração local		4.046.612					229.401							148.380			4.424.393	4.424.393	2,5%	
0407	Instituições sem fins lucrativos		282.070		902.538		525.290	20.790					45.500			195.000		1.971.188	1.971.188	1,1%	
0408	Famílias				270.000										210.000			480.000	480.000	0,3%	
0409	Resto do mundo		69.320													17.000		86.320	86.320	0,0%	
05	Subsídios				2.691.725													2.691.725	2.691.725	1,5%	
0501	Sociedades e quase soc não financeiras				2.691.725													2.691.725	2.691.725	1,5%	
06	Outras despesas correntes		4.500	50	2.549.395		4.000	50						9.000				2.566.995	2.566.995	1,4%	
0602	Diversas		4.500	50	2.549.395		4.000	50						9.000				2.566.995	2.566.995	1,4%	
	<b>Total Despesas Correntes</b>	96.012	4.862.973	1.633.448	16.431.334	63.189.258	2.099.569	22.036.447	6.791.903	314.078	1.081.400	3.054.600	425.290	421.791	6.052.674	533.446	287.150	129.215.361	133.259.473	74,7%	
<b>Despesas Capital</b>																					
07	Aquis. bens capital		200	27.230	24.564.508	1.000	162.000	665.480	1.399.024	141.000	2.567.080	18.500	31.820	500	159.875		4.100	29.742.317	29.742.317	16,7%	
0701	Investimentos		200	27.230	24.014.508	1.000	162.000	665.480	1.399.024	141.000	2.567.080	18.500	31.820	500	159.875		4.100	29.192.317	29.192.317	16,4%	
070101	Terrenos				430.000			100										430.100	430.100	0,2%	
070102	Habituação				7.404.137					10.000								7.414.137	7.414.137	4,2%	
070103	Edifícios				5.390.768													5.390.768	5.390.768	3,0%	
070104	Construções diversas				10.783.103			127.215	465.915									11.376.233	11.376.233	6,4%	
070106	Material transporte							25						2.214				2.239	2.239	0,0%	
070107	Equipamento informático										588.550							588.550	588.550	0,3%	
070108	Software informático										1.894.030							1.894.030	1.894.030	1,1%	
070109	Equipamento administrativo		200	14.630	6.500	1.000	36.900		1.340	5.000	9.500	9.000		500	1.300		2.000	87.870	87.870	0,0%	
070110	Equipamento básico			5.950			124.300	537.740	928.969	126.000	35.000	9.500	10.900		158.575		2.100	1.939.034	1.939.034	1,1%	
070111	Ferramentas e utensílios						700	400	2.800									14.756	14.756	0,0%	
070112	Artigos e objectos de valor			6.650			100											6.750	6.750	0,0%	
0702	Locação financeira				550.000													550.000	550.000	0,3%	
070203	Edifícios				550.000													550.000	550.000	0,3%	
08	Transf. de capital		1.000		92.940			1.966.070		100.000								2.160.010	2.160.010	1,2%	
0801	Sociedades e quase soc não financeiras				5.000			1.966.070										1.971.070	1.971.070	1,1%	
0805	Administração local		1.000															1.000	1.000	0,0%	
0807	Instituições sem fins lucrativos				87.940													87.940	87.940	0,0%	
0808	Famílias									100.000								100.000	100.000	0,1%	
09	Ativos financeiros																	200	200	0,0%	
10	Passivos financeiros																	13.138.000	13.138.000	7,4%	
11	Outras despesas de capital				200.000													200.000	200.000	0,1%	
	<b>Total Despesas Capital</b>		1.200	27.230	24.857.448	1.000	162.000	2.631.550	1.399.024	241.000	2.567.080	18.500	31.820	500	159.875		4.100	32.102.327	33.138.200	25,3%	
<b>Total do Orçamento</b>	<b>Valor</b>	96.012	4.864.173	1.660.678	41.288.782	63.190.258	2.261.569	24.667.997	8.190.927	555.078	3.648.480	3.073.100	457.110	422.291	6.212.549	533.446	291.250	161.317.688	17.086.300	178.500.000	100%
	<b>%</b>	0,1%	2,7%	0,9%	23,1%	35,4%	1,3%	13,8%	4,6%	0,3%	2,0%	1,7%	0,3%	0,2%	3,5%	0,3%	0,2%	90,4%	9,6%	100%	

**ANEXO IV**  
**Despesas com pessoal por classificação económica e por orgânica/serviço responsável**

(Lh.:euro)

Código	Descrição	01 - AM	02																JMP	JF	Julgados de Paz	TOTAL	
			EM	DMP	DMFP	DMU	DMPCASU	DMGVP	DMC	DMSI	DMRH	PM	BSB	DMJC	DME	DMF	DMT	GJ					SUBTOTAL
<b>0101</b>	<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>0</b>	<b>1.135.375</b>	<b>1.885.410</b>	<b>2.615.953</b>	<b>2.951.162</b>	<b>9.039.549</b>	<b>4.103.996</b>	<b>4.659.634</b>	<b>1.514.220</b>	<b>1.545.944</b>	<b>4.309.100</b>	<b>4.889.184</b>	<b>809.501</b>	<b>3.125.979</b>	<b>1.394.089</b>	<b>477.422</b>	<b>59.421</b>	<b>44.515.940</b>	<b>48.687</b>	<b>64.158</b>	<b>98.975</b>	<b>44.727.760</b>
010101	Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos		260.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	260.000	0	0	0	260.000
01010401	Pessoal em funções		477.838	1.457.030	2.086.718	2.248.137	6.395.065	2.891.582	3.544.030	1.185.314	1.098.054	1.090.340	3.821.070	623.680	1.532.232	958.402	362.526	58.857	29.830.874	33.049	48.113	87.965	30.000.000
01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho		0	0	0	43.253	10.813	21.627	0	21.627	32.440	21.627	78.174	0	0	21.627	10.813	0	262.000	0	0	0	262.000
01010601	Pessoal em funções		0	0	0	62.000	0	49.898	0	0	0	0	4.051	0	0	36.051	0	0	152.000	0	0	0	152.000
010107	Pessoal em regime de tarefa e avença		0	0	0	0	0	0	0	0	119.000	0	0	0	0	0	0	0	119.000	0	0	0	119.000
010108	Pessoal aguardando aposentação		3.664	1.576	4.378	9.310	63.615	19.485	9.516	0	0	22.764	42.968	0	1.849	10.873	0	0	190.000	0	0	0	190.000
010109	Pessoal em qualquer outra situação		239.504	16.803	38.090	21.594	166.276	118.105	69.563	89.570	50.328	1.958.550	0	34.349	831.524	52.077	0	0	3.686.333	0	0	0	3.686.333
010111	Representação		67.450	27.086	32.212	26.306	25.873	23.092	27.553	15.056	23.217	8.407	9.936	7.760	7.628	3.424	0	0	305.000	0	0	0	305.000
010112	Suplementos e prémios		0	0	0	0	0	0	0	0	0	384.889	11.040	0	0	0	0	0	395.928	0	0	0	395.928
01011399	Subsídio de refeição		46.334	110.380	121.788	139.591	655.180	245.687	260.639	53.862	60.395	347.749	239.097	35.697	177.167	63.734	24.702	564	2.582.565	2.445	6.977	5.513	2.597.500
01011499	Subsídio férias e de natal		32.690	260.319	286.116	351.782	1.389.841	633.208	666.041	138.368	150.094	316.796	628.518	100.844	464.353	161.820	60.975	0	5.641.765	7.036	8.176	3.022	5.659.999
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade		7.896	12.215	46.650	49.189	332.886	101.311	82.292	10.424	12.417	157.978	64.268	4.994	111.096	81.878	14.981	0	1.090.475	6.157	892	2.477	1.100.000
<b>0102</b>	<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>90.637</b>	<b>72.474</b>	<b>5.852</b>	<b>11.939</b>	<b>12.318</b>	<b>467.933</b>	<b>205.899</b>	<b>25.970</b>	<b>1.595</b>	<b>7.571</b>	<b>667.738</b>	<b>796.104</b>	<b>19</b>	<b>1.151</b>	<b>52.107</b>	<b>6.297</b>	<b>0</b>	<b>2.334.966</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>31</b>	<b>2.425.634</b>
010201	Gratificações variáveis ou eventuais		0	0	0	0	0	0	0	0	0	305.401	0	0	0	0	0	0	305.401	0	0	0	305.401
010202	Horas extraordinárias	543	46.335	2.026	387	0	140.165	90.000	3.529	115	0	0	54.752	0	0	6.234	5.913	0	349.457	0	0	0	350.000
010204	Ajudas de custo	94	3.148	2.392	213	406	761	2.040	953	45	1.136	136	1.626	19	1.151	0	384	0	14.409	0	0	31	14.534
010205	Abono para falhas		0	0	9.904	0	8.093	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18.000	0	0	0	18.000
010206	Formação		0	0	0	0	0	0	0	0	5.000	0	0	0	0	0	0	0	5.000	0	0	0	5.000
010210	Subsídio de trabalho noturno		1.037	0	0	0	219.918	23.716	1.856	0	0	13.473	0	0	0	0	0	0	260.000	0	0	0	260.000
010211	Subsídio de turno		0	0	0	0	97.562	78.231	0	0	0	206.909	739.726	0	0	35.022	0	0	1.157.449	0	0	0	1.157.449
010212	Indemnizações por cessação de funções		0	0	0	10.477	0	10.477	18.194	0	0	0	0	0	0	10.852	0	0	50.000	0	0	0	50.000
01021302	Outros	90.000	21.955	0	0	0	0	0	0	0	0	23.295	0	0	0	0	0	0	45.250	0	0	0	135.250
010214	Outros abonos em numerário ou espécie		0	1.435	1.435	1.435	1.435	1.435	1.435	1.435	1.435	118.524	0	0	0	0	0	0	130.000	0	0	0	130.000
<b>0103</b>	<b>Segurança social</b>	<b>5.350</b>	<b>242.411</b>	<b>507.085</b>	<b>688.041</b>	<b>733.215</b>	<b>3.117.473</b>	<b>1.097.762</b>	<b>1.107.864</b>	<b>331.498</b>	<b>3.446.358</b>	<b>1.274.633</b>	<b>1.383.596</b>	<b>196.258</b>	<b>790.211</b>	<b>304.011</b>	<b>114.089</b>	<b>30.031</b>	<b>15.364.535</b>	<b>17.188</b>	<b>15.965</b>	<b>25.055</b>	<b>15.428.093</b>
010301	Encargos com a saúde		22.114	72.687	109.524	157.991	577.206	217.752	159.081	44.419	227.271	229.308	169.420	20.236	197.999	58.678	19.243	0	2.282.930	2.060	2.427	2.583	2.290.000
010302	Outros encargos com a saúde		7.829	19.850	37.058	33.970	122.618	55.158	42.445	15.022	27.204	52.966	55.221	10.606	45.019	17.673	5.205	0	547.844	946	492	719	550.000
010303	Subsídio familiar a crianças e jovens		1.376	9.643	2.894	10.920	121.820	42.241	35.830	3.023	3.176	17.118	14.902	1.019	40.053	5.501	2.650	0	312.165	858	712	1.264	315.000
010304	Outras prestações familiares		714	1.039	1.969	5.284	59.781	27.495	20.666	4.805	53.636	25.663	14.737	974	25.276	1.392	1.571	0	245.000	0	0	0	245.000
0103050201	Caixa Geral de Aposentações		112.183	243.041	440.484	378.693	2.135.646	627.353	810.140	231.878	238.265	927.535	755.480	114.770	430.189	197.618	79.895	5.333	7.728.503	13.105	11.945	20.289	7.773.823
0103050202	Segurança Social - Regime Geral		92.625	105.775	67.355	118.432	55.777	95.449	19.108	21.082	45.109	5.214	299.037	38.691	14.148	15.823	3.447	14.697	1.011.770	0	0	0	1.011.770
01030503	Outros		2.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.500	0	0	0	2.500
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais		0	0	0	0	0	0	0	0	40.000	0	0	0	0	0	0	0	40.000	0	0	0	40.000
010308	Outras pensões		0	0	0	0	0	0	0	0	2.500.000	0	50.000	0	0	0	0	0	2.550.000	0	0	0	2.550.000
01030901	Seguros acidentes de trabalho e doenças profissionais	5.350	2.626	5.885	6.809	7.052	16.091	12.089	7.396	2.772	292.346	10.700	13.861	1.945	9.387	3.550	1.313	0	383.823	219	389	219	400.000
01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção		444	49.165	21.947	20.873	28.533	20.225	13.199	8.497	19.351	6.130	10.938	8.016	28.141	3.776	765	10.000	250.000	0	0	0	250.000
<b>01</b>	<b>Total das despesas com o pessoal</b>	<b>95.987</b>	<b>1.450.260</b>	<b>2.398.346</b>	<b>3.315.932</b>	<b>3.696.695</b>	<b>12.624.956</b>	<b>5.407.656</b>	<b>5.793.468</b>	<b>1.847.313</b>	<b>4.999.873</b>	<b>6.251.471</b>	<b>7.068.884</b>	<b>1.005.779</b>	<b>3.917.341</b>	<b>1.750.207</b>	<b>597.807</b>	<b>89.451</b>	<b>62.215.441</b>	<b>65.875</b>	<b>80.124</b>	<b>124.061</b>	<b>62.581.487</b>

**Anexo V**  
**Previsão dos encargos e respetivas amortizações da dívida a médio e longo prazo para 2013**

Data do Contrato do Empréstimo	Finalidade	Entidade Credora	Capital		Capital em dívida em 31/12/2012	2013			Capital em dívida em 30/12/2013
			Contratado	Utilizado até 2012		Utilização	Amortização	Juros	
18-12-95	Projeto Porto Estradas	B.E.I	11.222.953	11.222.953	2.589.912	0	864.000	20.000	1.725.912
10-04-00	Financ. Diversos Investimentos	B.P.I	24.939.895	24.939.895	4.987.979	0	1.663.000	80.000	3.324.979
19-12-06	Recuperação 1109 fogos Prohabita	BPI	4.827.188	4.827.188	3.629.406	0	250.000	13.000	3.379.406
23-02-09	Recuperação 846 fogos Prohabita	BPI	4.832.091	4.832.091	4.472.036	0	260.000	40.000	4.212.036
02-06-11	Recuperação 200 fogos Prohabita	IHRU	1.028.329	958.461	958.461	0	40.000	12.000	918.461
02-08-10	Reabilitação de Bairros Municipais	Caixanova	7.800.000	7.800.000	7.800.000	0	434.000	200.000	7.366.000
17-11-11	Recuperação 4700 fogos Prohabita	IHRU	5.997.172	1.121.724	1.121.724	4.875.448	390.000	60.000	5.607.172
<b>Empréstimos que absorvem o Limite de Endividamento de Médio Longo Prazo</b>			<b>60.647.627</b>	<b>55.702.312</b>	<b>25.559.518</b>	<b>4.875.448</b>	<b>3.901.000</b>	<b>425.000</b>	<b>26.533.966</b>
06-12-01	EURO 2004 - 1	Dexia	15.000.000	15.000.000	9.302.181	0	842.000	340.000	8.460.181
03-12-02	EURO 2004 - 2	Dexia	15.000.000	15.000.000	10.309.715	0	726.000	370.000	9.583.715
<b>Empréstimos contraídos em 2002 para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004</b>			<b>30.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>19.611.896</b>	<b>0</b>	<b>1.568.000</b>	<b>710.000</b>	<b>18.043.896</b>
30-12-99	Fin. Projetos QCA II - 1	C.G.D	1.159.705	1.159.705	203.941	0	105.000	6.000	98.941
30-12-99	Fin. Projetos QCA II - 2	C.G.D	707.794	707.794	124.470	0	65.000	4.000	59.470
30-12-99	Fin. Projetos QCA II - 3	C.G.D	471.364	471.364	82.892	0	45.000	3.000	37.892
30-12-99	Fin. Projetos QCA II - 4	C.G.D	1.999.082	1.999.082	351.550	0	175.000	10.000	176.550
<b>Empréstimos contraídos até 2001 para execução de projetos participados por fundos comunitários</b>			<b>4.337.946</b>	<b>4.337.946</b>	<b>762.852</b>	<b>0</b>	<b>390.000</b>	<b>23.000</b>	<b>372.852</b>
13-07-04	EURO 2004 - 3	BBVA	12.000.000	12.000.000	8.470.588	0	706.000	1.086.000	7.764.588
14-12-04	TÚNEL I	BBVA	9.700.000	9.700.000	7.132.353	0	571.000	918.000	6.561.353
<b>Empréstimos contraídos em 2004 para execução de projetos participados por fundos comunitários</b>			<b>21.700.000</b>	<b>21.700.000</b>	<b>15.602.941</b>	<b>0</b>	<b>1.277.000</b>	<b>2.004.000</b>	<b>14.325.941</b>
03-09-98	Const. 24 Fogos Choupos	B.E.S.	390.409	390.409	200.958	0	16.000	3.000	184.958
08-09-98	Const. 84 Fogos Condominhas	C.G.D	1.379.550	1.379.550	426.155	0	36.000	4.500	390.155
03-05-99	Const. 174 Fogos Falcão	B.P.I	3.154.897	3.134.975	1.309.859	0	166.000	8.000	1.143.859
30-12-99	Const. 254 Fogos - Viso	B.P.I	4.849.727	4.733.360	2.433.889	0	245.000	6.000	2.188.889
10-04-00	Const. 156 Fogos - Antas	B.P.I	2.541.380	2.503.307	1.306.293	0	135.000	8.000	1.171.293
20-09-00	Const. 128 Fogos - Ilhéu	C.G.D	2.753.923	2.738.558	1.370.379	0	155.000	3.500	1.215.379
04-06-87	Const. 48 Fogos - Mouteira	I.N.H.	662.738	655.500	100.462	0	70.000	3.000	30.462
02-01-89	Const. 88 Fogos - Cerco Porto	I.N.H.	1.182.221	1.121.407	448.586	0	100.000	6.000	348.586
08-10-93	Const. 400 Fogos - Sta. Luzia	C.G.D	9.371.894	9.608.984	4.180.346	0	513.000	38.000	3.667.346
16-08-95	Const. 250 Fogos Sta. Luzia	C.G.D	7.149.185	7.370.080	3.553.369	0	366.000	31.000	3.187.369
16-10-01	Const. 28 Fogos Fontinha	C.G.D	549.985	549.985	332.699	0	25.000	2.500	307.699
29-10-01	Const. 40 fogos na Trav. de Salgueiros	C.G.D	1.029.288	109.980	78.081	0	7.000	1.000	71.081
26-11-01	Const. 53 fogos no Monte S. João	C.G.D	1.062.454	1.062.455	707.553	0	49.000	4.000	658.553
26-11-01	Const. 21 fogos nas Fontainhas	C.G.D	957.408	198.045	140.604	0	11.000	1.500	129.604
<b>Empréstimos contraídos até 2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento</b>			<b>37.035.059</b>	<b>35.556.595</b>	<b>16.589.234</b>	<b>0</b>	<b>1.894.000</b>	<b>120.000</b>	<b>14.695.234</b>
03-12-02	Habitação Social	Dexia	14.900.000	14.900.000	9.520.132	0	757.000	341.000	8.763.132
<b>Empréstimos contraídos até 2002, para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados à Habitação Social</b>			<b>14.900.000</b>	<b>14.900.000</b>	<b>9.520.132</b>	<b>0</b>	<b>757.000</b>	<b>341.000</b>	<b>8.763.132</b>
20-09-01	Prejuízos resultantes das Intempéries	Caixawigo	14.465.139	14.465.139	7.658.015	0	851.000	45.000	6.807.015
<b>Empréstimos contraídos até 2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas Intempéries no Inverno 2000/2001</b>			<b>14.465.139</b>	<b>14.465.139</b>	<b>7.658.015</b>	<b>0</b>	<b>851.000</b>	<b>45.000</b>	<b>6.807.015</b>
<b>Total da Dívida de médio longo prazo sem Leasing</b>			<b>183.085.771</b>	<b>176.661.991</b>	<b>95.304.588</b>	<b>4.875.448</b>	<b>10.638.000</b>	<b>3.668.000</b>	<b>89.542.036</b>
29-07-99	Aquisição do edifício dos CTT	Caixaleasing	12.755.435	12.746.705	7.408.372	0	550.000	140.000	6.858.372
<b>Contratos de Locação Financeira</b>			<b>12.755.435</b>	<b>12.746.705</b>	<b>7.408.372</b>	<b>0</b>	<b>550.000</b>	<b>140.000</b>	<b>6.858.372</b>
<b>Total da Dívida de médio longo prazo com Leasing</b>			<b>195.841.206</b>	<b>189.408.696</b>	<b>102.712.960</b>	<b>4.875.448</b>	<b>11.188.000</b>	<b>3.808.000</b>	<b>96.400.408</b>

**Anexo VI**  
**Distribuição das Grandes Opções do Plano por classificação económica**

(Un.: euro)

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>PPI</b>	<b>PAR</b>	<b>Total</b>
01	Despesas com pessoal		62.581.487	62.581.487
02	Aquisição de bens e serviços		54.338.465	54.338.465
03	Juros e outros encargos		3.948.100	3.948.100
04	Transferências correntes		7.132.701	7.132.701
05	Subsídios		2.691.725	2.691.725
06	Outras despesas correntes		2.566.995	2.566.995
07	Aquisição de bens de capital	29.742.317		29.742.317
08	Transferências de capital		2.160.010	2.160.010
09	Ativos financeiros		200	200
10	Passivos financeiros		13.138.000	13.138.000
11	Outras despesas de capital		200.000	200.000
<b>Total</b>		<b>29.742.317</b>	<b>148.757.683</b>	<b>178.500.000</b>

**Anexo VII**

**Investimento a realizar pela CMPH- DomusSocial- Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM**

(Un.: euro)

Designação	2013
<b>1 COESÃO SOCIAL</b>	
Habitação Social (*)	667.099
1.1 Habitação Social (*) - Prohabita	6.388.643
1.2 Educação	1.328.396
1.4 Capacitação/Envolvimento da População	265.679
<b>Sub-Total</b>	<b>8.649.817</b>
<b>2 REGENERAÇÃO URBANA</b>	
2.1 Reabilitação da Baixa	531.358
<b>Sub-Total</b>	<b>531.358</b>
<b>4 RELACIONAMENTO COM O MUNÍCIPE E FUNCIONAMENTO INTERNO</b>	
4.2 Funcionamento Interno	1.129.137
<b>Sub-Total</b>	<b>1.129.137</b>
<b>Total Capital</b>	<b>10.310.312</b>
<b>Total</b>	<b>10.310.312</b>

Anexo VIII

Investimento a realizar pela Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM

un: (euros)

Designação dos Empreendimentos		2013
<b>01</b>	<b>COESÃO SOCIAL</b>	
<b>01.02</b>	<b>Educação</b>	
	EB do Bom Pastor	31.500
	EB das Campinas	31.500
	EB Paulo da Gama	1.137.664
	<b>Sub-Total</b>	<b>1.200.664</b>
<b>02</b>	<b>REGENERAÇÃO URBANA</b>	
<b>02.01</b>	<b>Reabilitação da Baixa</b>	
	Consolidação das Fontainhas	1.079.000
	<b>Sub-Total</b>	<b>1.079.000</b>
	<b>02.04 Espaços públicos</b>	
	Mercado do Bolhão (projeto)	210.000
	Intervenção no Mercado do Bolhão	735.000
	Mercado do Bom Sucesso	210.000
	<b>Sub-Total</b>	<b>1.155.000</b>
	<b>03.04 Desenvolvimento Urbano</b>	
	Requalificação da Rua Mouzinho da Silveira e Rua das Flores	3.797.500
	Túnel da Ribeira	694.400
	Rua de S. João	103.075
	Requalificação da Avenida da Boavista - Fases I e II	2.444.237
	Requalificação da Avenida da Boavista - Fase III	586.810
	Arranjo Urbanístico junto à Sé do Porto	315.000
	Rua Almirante Leote do Rego	262.500
	Proteção e Segurança Rodoviária	1.068.081
	Viaduto Duque de Loulé - Reparação de juntas de dilatação	105.000
	Beneficiação, arrumação e estética do espaço público	157.500
	<b>Sub- Total</b>	<b>9.534.103</b>
<b>04</b>	<b>RELACIONAMENTO COM O MUNICÍPE E FUNCIONAMENTO INTERNO</b>	
<b>04.02</b>	<b>Funcionamento interno</b>	
	Outros Projetos, Estudos e Obras	420.071
	Sala da Assembleia Municipal	157.500
	<b>Sub-Total</b>	<b>577.571</b>
<b>Total</b>		<b>13.546.338</b>



**Anexo IX**

**CMPL - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM**

(Un:euro)

<b>Designação</b>	<b>2013</b>
<b>Subsídios de Exploração</b>	<b>1.691.725</b>
Estrutura de Apoio	375.583
Plataformas	260.294
Suprimento Comp. Infraes. Desportivas	1.055.848
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>4.148.463</b>
Projetos	2.942.729
Circuito da Boavista	700.000
AEC'S	505.734
<b>Total</b>	<b>5.840.188</b>

**Anexo X**

**Classificação funcional das dotações afetas às Empresas Municipais**

(Un: euro)

Classificação	Gestão de Obras Públicas, EM	DomusSocial, EM	Porto Lazer, EM	Total
1.1.1 Administração Geral	577.571	1.129.137		1.706.708
2.1.1 Ensino não Superior	1.200.664	1.328.396		2.529.060
2.4.1 Habitação		7.852.779		7.852.779
2.4.6 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	1.079.000			1.079.000
2.5.2 Desporto, Recreio e Lazer			5.840.188	5.840.188
3.3.1 Transportes Rodoviários	9.534.103			9.534.103
3.4.1 Mercados e Feiras	1.155.000			1.155.000
<b>Total</b>	<b>13.546.338</b>	<b>10.310.312</b>	<b>5.840.188</b>	<b>29.696.838</b>

**Anexo XI**  
**Listagem dos imóveis a alienar**

(Un: euro)

<b>Descrição dos terrenos</b>	<b>Valor</b>
Lotes municipais sitos à Rua de Alfredo Ferreira Faria	1.875.000
Terreno municipal sito nas Ruas de Diogo Botelho, de Fernão Lopes e dos Prazeres.	2.250.000
Rua Cidade do Mindelo ( Aldoar )	950.000
<b>sub-total</b>	<b>5.075.000</b>
<b>Descrição dos edifícios</b>	
Imóvel sito na Calçada da Boa Viagem, 9/9A, Rua da Boa Viagem, 11 e Rua do Gólgota	780.000
Prédio sito na Rua S. Miguel 45/51	450.000
Imóvel sito na Rua da Reboleira, 33/37 e Muro dos Bacalhoeiros, 138	735.000
<b>sub-total</b>	<b>1.965.000</b>
<b>Total</b>	<b>7.040.000</b>



## **Anexo XII**

**Ordem de Serviço N.º I/136862/12/CMP**  
**Instruções para a elaboração do orçamento da Autarquia para 2013**



## ORDEM DE SERVIÇO

### INSTRUÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA PARA 2013

RB

#### 1. ENQUADRAMENTO

A gestão da grave crise que o país atravessa obriga a que o orçamento da Autarquia para 2013 continue a refletir a consciência da atual situação económica e financeira.

Sendo expectável que as receitas do Município do Porto, nomeadamente das transferências do Estado, impostos e receitas extraordinárias, entre outras, sejam o reflexo desta situação económica e financeira, será necessário manter o esforço de redução da despesa, o que poderá condicionar o desenvolvimento de atividades programadas e/ou o lançamento de novos projetos.

Em 2013 manter-se-á o objetivo de redução do passivo bancário pelo que o orçamento terá de assentar num efetivo equilíbrio entre receita e despesa do exercício.

Na identificação das prioridades dever-se-á privilegiar as despesas com cofinanciamento, as despesas geradoras de receita, as despesas de investimento, sendo que para estas importa ponderar os benefícios que pretendem proporcionar, e as despesas com projetos com impacto direto na melhoria dos serviços prestados pela autarquia e na melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Tendo em vista uma efetiva contenção da despesa corrente, cada responsável deverá reapreciar todas as despesas do seu serviço, por mais constantes que elas sejam, de forma a reduzir os custos de funcionamento, ajustando-as aos níveis compatíveis com os recursos financeiros disponíveis, e ter em conta os seguintes aspetos:

- Identificação clara dos projetos/atividades e das ações que concorrem para a sua realização;
- Identificação de propostas e níveis alternativos de esforço e de despesa para o desempenho da mesma atividade;



- Avaliação dos efeitos resultantes da não execução da atividade;
- Definição rigorosa das prioridades tendo em conta os recursos disponíveis;
- Avaliação da relação custo/benefício de cada atividade;
- A fundamentação das opções identificadas.

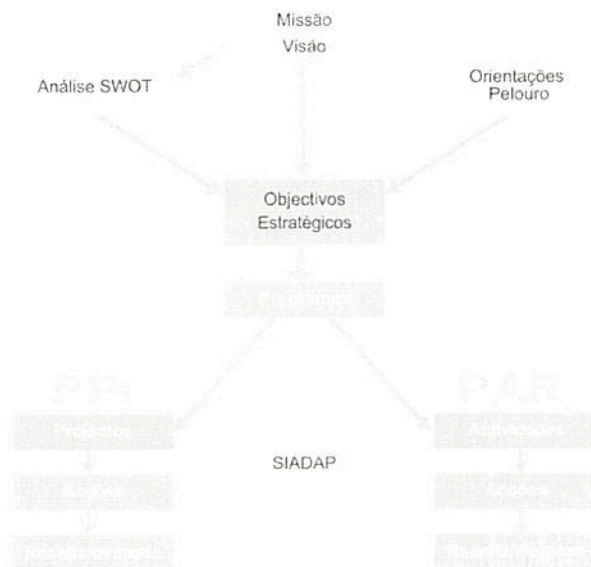
*PR*

O orçamento para 2013 será decomposto em 3 classificações orgânicas, a saber:

- 01 – Assembleia Municipal
- 02 – Câmara Municipal
- 03 – Operações Financeiras

Esta estrutura valoriza a dimensão política do orçamento e, simultaneamente, flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica responsabilizando mais cada um dos diretores municipais pela execução do seu orçamento e, conseqüentemente, pelos resultados a alcançar.

#### Modelo de preparação do Orçamento



Através das Grandes Opções do Plano (GOP's) que incluem, para além do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o Plano das Atividades mais Relevantes (PAR), é efetuado o controlo do orçamento por Serviço Responsável.



Cada unidade orgânica de primeiro nível terá sempre o seu orçamento por programas, permitindo-se acompanhar quer a execução dos projetos (PPI) quer a execução das atividades relevantes (PAR).

Neste modelo os objetivos estratégicos, bem como os programas, baseiam-se nas orientações traçadas para o Quadro de Intervenção Municipal, e deverão, por sua vez, determinar os objetivos a considerar no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP), de modo a facilitar a articulação entre estes instrumentos de planeamento autárquico. RH

## **2. METODOLOGIA**

O Orçamento de 2013 será organizado por objetivos e programas. Cada programa desenvolver-se-á por projetos/atividades e ações, numa lógica hierárquica que garanta a agregação da informação financeira aos diferentes níveis da estrutura.

As necessidades financeiras de cada Direção Municipal ou equiparada serão associadas a subações que correspondem à desagregação das ações por critérios de classificação económica da despesa.

Cada projeto/atividade, cada ação, e cada subação integrará os correspondentes objetivos a considerar no âmbito do SIADAP.

### **2.1. Objetivos**

Os objetivos estratégicos assentes no Programa Autárquico “O Porto em Primeiro”, iniciado em 2009, marcam o Quadro de Intervenção Municipal, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do próximo ano.

Assim, todos os programas, projetos/atividades a desenvolver por cada unidade orgânica, e correspondentes objetivos a considerar no âmbito do SIADAP, deverão ser associados a cada um dos objetivos estratégicos transversais:

01 – Coesão Social

02 – Regeneração Urbana



03 – Competitividade

04 – Relacionamento com o Município e Funcionamento Interno

## 2.2. PROGRAMAS

Para a concretização destes objetivos estratégicos transversais será necessário dar continuidade ou implementar um conjunto de programas, aos quais se associarão os meios financeiros necessários à sua concretização. Os programas em curso são os seguintes:

- 1 Coesão Social
  - 1.1 Habitação social
  - 1.2 Educação
  - 1.3 Inovação social
  - 1.4 Capacitação/envolvimento da população
  - 1.5 Segurança urbana
  - 1.6 Desporto e vida saudável
- 2 Regeneração urbana
  - 2.1 Reabilitação da baixa
  - 2.2 Zona oriental da cidade
  - 2.3 Urbanismo
  - 2.4 Novos conceitos/Espaços públicos
- 3 Competitividade
  - 3.1 Turismo
  - 3.2 Inovação, criatividade e empreendedorismo
  - 3.3 Cultura & lazer
  - 3.4 Desenvolvimento urbano
  - 3.5 Capital humano, ciência & conhecimento
  - 3.6 Ambiente e sustentabilidade
  - 3.7 Marketing e notoriedade
  - 3.8 Juventude
- 4 Relacionamento com o município e funcionamento interno
  - 4.1 Relacionamento com o município
  - 4.2 Funcionamento interno
  - 4.3 Operações financeiras



ph

Cada Serviço Responsável, atenta a sua missão e as orientações do seu Pelouro, deverá definir os níveis de desenvolvimento para os programas, em curso, bem como os objetivos a considerar no âmbito do SIADAP, compatibilizando-os com os meios financeiros que lhe estão afetos, perspetivando, simultaneamente, o seu desenvolvimento no horizonte temporal necessário à execução.

### **2.3. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS**

- a) Na elaboração das propostas de orçamento de cada serviço responsável será obrigatoriamente utilizada a base de dados, que ficará disponível até final da 1.<sup>a</sup> semana de agosto em conjunto com as respetivas instruções;
- b) Cada serviço responsável deverá apresentar uma proposta de orçamento de montante não superior a 99% do orçamento inicial de 2012, excluídas as dotações afetas a projetos com financiamento externo, investimentos e despesas com pessoal (no que se refere às remunerações certas e permanentes).
- c) Para efeito de planeamento de abertura de novos procedimentos aquisitivos e disponibilização dos respetivos contratos para o ano de 2013, deverá ser preenchido o Plano Anual de Contratação que se anexa e que deverá assegurar a cobertura de todo o ano económico e estar adequado às dotações orçamentais. A atividade da Divisão Municipal de Compras será norteada, preferencialmente, pelas necessidades identificadas por cada serviço responsável no referido Plano.
- d) A inscrição de apoios a atividades de interesse público carece de prévia apresentação do Plano de Apoios devidamente fundamentado e onde se evidenciem os resultados expectáveis decorrentes de tais apoios.
- e) As despesas e/ou encargos obrigatórios com contratos ou com o funcionamento dos serviços, a serem identificadas pelos Serviços Responsáveis, deverão ser reapreciadas, reduzidas e/ou anuladas em função das prioridades e do *plafond* disponível.
- f) As restantes componentes da despesa, serão igualmente inseridas por cada serviço responsável atentas as prioridades e o *plafond* global atribuído.



- g) A eventual alteração aos *plafonds* atribuídos aos Serviços Responsáveis carece de autorização prévia do Presidente da Câmara, após parecer da DMFP.
- h) Deverão ser consideradas como 1.<sup>a</sup> prioridade as seguintes despesas:
- i) Todas aquelas que derivam de contratos em vigor, e que após reapreciação são de manter, dotando-se as correspondentes rubricas orçamentais de montantes suficientes para a cabimentação dos respetivos encargos financeiros atualizados para o ano 2013 e anos subsequentes;
  - ii) As que integram iniciativas que embora não estando contratualizadas se reportam a projetos/atividades com carácter de continuidade<sup>1</sup> e cuja suspensão ponha em causa a segurança e preservação dos ativos patrimoniais da autarquia (são exemplo, as despesas de manutenção e conservação da rede viária e edifícios municipais);
  - iii) As necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes da Lei, nomeadamente, as obrigações fiscais, os encargos de cobrança, as contribuições para a Segurança Social, os reembolsos e restituições, entre outros;
  - iv) As destinadas às remunerações certas e permanentes;
  - v) As relativas ao serviço da dívida de empréstimos contraídos;
  - vi) As resultantes de sentenças judiciais.
- i) Os investimentos em curso deverão ser reapreciados no que se refere à sua execução física e financeira, reavaliando-se os respetivos cronogramas plurianuais. Estes terão que estar ajustados aos valores orçamentados;
- j) Os projetos de investimento sem processo de decisão deverão, igualmente, ser reapreciados e reavaliados com vista à sua efetiva hierarquização:
- k) Cada projeto/atividade passível de financiamento externo deve quantificar e descrever as respetivas fontes de financiamento;

---

<sup>1</sup> Investimentos permanentes ou constantes



- l) Sem prejuízo do que sobre a matéria vier a ser legislado para o ano de 2013, as despesas com pessoal devem considerar:
- i) As remunerações dos trabalhadores que se mantêm em exercício de funções, tendo em conta o índice salarial que o funcionário eventualmente poderá atingir no próximo ano;
  - ii) As remunerações dos trabalhadores cujos contratos ou abertura de concurso para ingresso estejam incluídos no mapa de pessoal que fará parte integrante do orçamento;
  - iii) O montante destinado a prémios de desempenho e a alterações do posicionamento remuneratório, incluindo a opção gestionária.
- m) Não obstante o referido nas alíneas anteriores e face à necessidade de contenção de despesas com pessoal, estas despesas não devem, em regra, ultrapassar a dotação inicial do orçamento de 2012. Excecionam-se as situações relacionadas com a transferência de competências da Administração Central e eventuais atualizações salariais dos funcionários públicos, no cumprimento de disposições legais e de execução de sentenças judiciais.
- n) Para o efeito do ponto i) da alínea l) as importâncias a considerar devem corresponder à tabela de vencimentos em vigor, sendo atualizada com base nas orientações previstas para a administração pública em sede de preparação do Orçamento do Estado, enquanto não for publicada a legislação para o próximo ano.

#### **2.4. MEDIDAS DE CONTENÇÃO DA DESPESA**

Atentas as orientações veiculadas nos pontos anteriores, as Direções Municipais, na preparação do orçamento, devem observar as seguintes regras:

- a) As dotações eventualmente a inscrever para despesas relativas a ajudas de custo, deslocações e estadas não podem exceder as verbas iniciais do orçamento de 2012.



*RSJ*

- b) As dotações a inscrever para aquisição de bens e serviços (agrupamento 02) não poderão ser superiores a 99% dos valores orçamentados para 2012.
- c) A aquisição de equipamento de transporte só poderá ocorrer em situações excecionais;
- d) Fica impedida a inscrição de dotação orçamental para a realização de novos contratos de arrendamento de instalações.

## **2.5. PROCEDIMENTOS A OBSERVAR NA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA**

**2.5.1.** No que respeita ao cálculo das receitas provenientes dos impostos diretos, indiretos, taxas, multas e outras penalidades, atentas as regras previsionais do POCAL, dever-se-á ter em conta a média aritmética das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses, que antecedem o mês de agosto de 2012;

### **2.5.2. NORMAS RELATIVAS AO CÁLCULO DE RECEITAS PROVENIENTES DE TRANSFERÊNCIAS**

- a) Deverá elaborar-se uma listagem dos contratos-programa celebrados a favor do município que se encontrem em vigor;
- b) As transferências correntes e de capital, com exceção das relativas aos fundos comunitários, só serão consideradas se existir a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente;
- c) As transferências provenientes de fundos comunitários, com a intenção fundamentada e sustentada da candidatura, serão consideradas desde que validadas pelo GEP.
- d) Os valores a receber em 2013, relativos a comparticipações previstas nos contratos e situações identificados nos pontos anteriores, serão agregados por classificação económica.

### **2.5.3. RELATIVAMENTE AOS EMPRÉSTIMOS**

- a) São autorizados investimentos com recurso ao endividamento de médio prazo desde que seja cumprido o limite de endividamento da autarquia e não coloquem em causa a redução do passivo bancário da autarquia, em termos líquidos.



- b) Poderá incluir-se com carácter previsional o montante de empréstimos a contratualizar.
- c) Poder-se-á incluir na previsão do Orçamento, o montante de empréstimo de curto prazo, que nos termos da lei será permitido contratualizar.

#### **2.5.4. REGRAS A CONSIDERAR PARA O CÁLCULO DE OUTRAS RECEITAS**

- a) Deverão ser consideradas as negociações efetuadas ou a efetuar às cláusulas financeiras dos contratos ou protocolos de concessão de exploração de domínio público ou de serviço público;
- b) Será considerada uma bolsa de imóveis suscetíveis de alienação, sendo o montante a inscrever no orçamento o correspondente a 80% do valor base das hastas públicas previstas realizar.

### **3. PRAZOS**

- 3.1. Até 6 de agosto a DMFP disponibilizará a Base de Dados para os Serviços Responsáveis apresentarem as suas propostas de orçamento.
- 3.2. Até 24 de setembro os Serviços Responsáveis enviarão à DMFP as suas propostas de Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano das Atividades mais Relevantes, através da base de dados referida.

Porto, 02 de agosto de 2012

O Presidente da Câmara,

Rui Rio

**N/Ref: I/136862/12/CMP**



## PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO 2013

N.º	OBJECTO DO PROCEDIMENTO <sup>1</sup>	ÁREA <sup>2</sup>	CONTRATO		PREÇO BASE <sup>3</sup>	OBSERVAÇÕES <sup>4</sup>
			DATA DE INÍCIO <sup>5</sup>	PERÍODO DE VIGÊNCIA <sup>6</sup>		
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						

## Notas:

1 Descrição do procedimento

2 Inscrever as siglas correspondentes como de descrever: AB - Aquisição de Bens; AS - Aquisição de Serviços; C - Concessões; EOP - Empreitada de Obra Pública; LB - Locação de Bens;

3 Início da execução do contrato (data a partir da qual necessita do contrato disponível)

4 Período de execução/validade do contrato (validade inicial + renovações)

5 Preço máximo estimado a adquirir (sem IVA) para todo o tempo previsto do contrato

6 Aspectos relevantes e sucintos sobre as características do procedimento e em especial das consequências para o município em caso de indisponibilidade do contrato na data indicada na coluna 4 (facultativa)



2013

---

# Orçamento

---

Índice





Índice

<b>I - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1. Enquadramento Geral .....	1
2. Premissas e prioridades do orçamento do Município do Porto .....	3
3. Estrutura do Orçamento .....	10
4. Apresentação Geral do Orçamento .....	12
<b>II – PREVISÃO DAS RECEITAS .....</b>	<b>15</b>
1. Visão global das receitas.....	15
2. Receitas fiscais .....	16
3. Receitas não fiscais .....	18
3.1 Rendimentos de propriedade.....	19
3.2 Transferências correntes.....	19
3.3 Venda de bens e serviços correntes.....	19
3.4 Venda de bens de investimento.....	20
3.5 Transferências de capital.....	20
3.6 Passivos financeiros – Empréstimos de Médio/Longo prazo .....	22
4. Receita consignada.....	23
<b>III – PREVISÃO DAS DESPESAS .....</b>	<b>24</b>
1. Visão global das despesas.....	24
2. Despesas correntes .....	25
2.1 Despesas com pessoal.....	25
2.2 Despesas com aquisição de bens e serviços .....	27
2.3 Encargos correntes da dívida .....	28
2.4 Transferências correntes.....	28
2.5 Transferências para as Empresas Municipais/Subsídios .....	29
3. Despesas de capital.....	29
3.1 Aquisição de bens de capital .....	30
3.2 Transferências de capital.....	33
4. Serviço da dívida.....	34
5. Classificação funcional das despesas autárquicas.....	35
6. Estrutura e distribuição do orçamento pelos serviços responsáveis .....	38
6.1 Áreas de intervenção das Grandes Opções do Plano (GOP) .....	39
6.2 O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) .....	42
<b>IV - Anexos.....</b>	<b>45</b>

## Índice de Quadros

Q.1 - Objetivos com maior impacto financeiro.....	6
Q.2 - Indicadores.....	8
Q.3 - Rácios .....	9
Q.4 - Receitas e Despesas por classificação económica.....	12
Q.5 - Saldo global efetivo .....	14
Q.6 - Receita por classificação económica .....	15
Q.7 - Receitas fiscais .....	16
Q.8 - Receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros .....	18
Q.9 - Receitas provenientes de transferências de capital .....	21
Q.10 - Utilização de empréstimos de longo prazo.....	22
Q.11 - Receita consignada.....	23
Q.12 - Despesas por classificação económica.....	24
Q.13 - Despesas com pessoal por natureza económica .....	26
Q.14 - Investimento a realizar pela Autarquia e Empresas Municipais .....	30
Q.15 - Reabilitação adiada.....	31
Q.16 - Investimento global por natureza económica .....	32
Q.17 - Principais transferências de capital .....	33
Q.18 - Resumo da dívida .....	34
Q.19 - Despesa da Autarquia – classificação funcional .....	36
Q.20 - Orçamento por Unidade Orgânica.....	38
Q.21 - Despesas correntes e de capital por serviço responsável.....	39
Q.22 - Grandes Opções do Plano/Objetivos estratégicos .....	40

## Índice de Figuras

F.1 Evolução da Euribor a 6 meses_(12/2011 – 11/2012) .....	2
F.2 - Evolução do rácio amortização de empréstimos/empréstimos utilizados .....	10
F.3 - Modelo de preparação do Orçamento .....	11
F.4 - Poupança corrente .....	13
F.5 - Estrutura da receita e da despesa .....	13
F.6 - Estrutura das receitas fiscais .....	18
F.7 - Estrutura da venda de bens e serviços correntes .....	20

## **Índice dos Anexos**

- Anexo I – Mapa comparativo do orçamento da despesa
- Anexo II – Resumo das receitas e das despesas
- Anexo III – Resumo das despesas por classificação económica e por orgânica/serviço responsável
- Anexo IV – Despesas com pessoal por classificação económica e por orgânica/serviço responsável
- Anexo V – Previsão dos encargos e respetivas amortizações da dívida a médio e longo prazo
- Anexo VI – Distribuição das Grandes Opções do Plano por classificação económica
- Anexo VII – Investimento a realizar pela CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM
- Anexo VIII – Investimento a realizar pela Gestão de Obras Públicas da CMP, EM
- Anexo IX – CMPL – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM
- Anexo X – Classificação funcional das dotações afetas às Empresas Municipais
- Anexo XI – Listagem dos imóveis a alienar
- Anexo XII – Ordem de Serviço N.º I/136862/12/CMP - Instruções para a elaboração do orçamento da Autarquia para 2013